

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO FERRAMENTA PELA
PERMANÊNCIA NA TERRA – A EXPERIÊNCIA DE CAMPO
ALEGRE**

SÔNIA FERREIRA MARTINS

2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO FERRAMENTA PELA
PERMANÊNCIA NA TERRA – A EXPERIÊNCIA DE CAMPO ALEGRE**

SÔNIA FERREIRA MARTINS

Sob a Orientação da Professora
Dra. Marília Lopes de Campos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Janeiro de 2020**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M379e MARTINS, SÔNIA FERREIRA , 1963-
A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO FERRAMENTA PELA
PERMANÊNCIA NA TERRA - A EXPERIÊNCIA DE CAMPO ALEGRE
/ SÔNIA FERREIRA MARTINS. - Seropédica, 2020.
46 f.: il.

Orientadora: Marília Lopes de Campos.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação
Agrícola, 2020.

1. Educação Popular Comunitária. 2. Educação Escolar
Pública. 3. Educação do Campo. 4. memórias. 5. Educação
Diferenciada. I. Campos, Marília Lopes de , 1964-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola
III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 00

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

SONIA FERREIRA MARTINS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 29/01/2020

Marília Lopes Campos, Dra. UFRRJ

Lana Claudia de Souza Fonseca, Dr. UFRRJ

Rosilda Nascimento Benacchio, Dra. UFF

AGRADECIMENTOS

Ao Deus de todos os nomes, Javé, Obatalá, Olorum, Oió, que se revela na vida e na história do povo.

A minha mãe Dalva Marcelina que, desde sempre, me ensinou a ser uma mulher emancipada. Ao meu Pai José Braz que, do seu jeito, demonstrava ternura no olhar quando o assunto era estudar.

As minhas irmãs Santinha, Terezinha, Katia, Ana Paula e Beta, mulheres guerreiras. Junto com elas, criamos a melhor comunidade.

As minhas amigas irmãs aquelas que têm se colocado abertas e solidarias a todos e todas que se encontram sem forças e pensam em desistir da luta.

À educadora Vanessa que tem se colocado como mediadora do processo de reconstruir a memória do assentamento através do olhar das crianças.

A Edinete e a Luiza que, junto comigo, desafiaram coletivamente a experimentar outro modelo de educação.

A todas as mulheres que, na história da luta pela terra, se colocaram de forma inteira na defesa da vida.

Ao Padre Geraldo João Lima que morreu acreditando que a vida se impõe a cada tempo histórico como soberana.

Às minhas amigas: Rosimar, Elisangela, Bia, Suellen, Betânia e Débora que, insistentemente, me fizeram acreditar que estar na universidade é um direito conquistado.

À LEC que, como sujeito coletivo, me fez entender que as CEB's podem ser experimentadas em qualquer espaço.

À CPT, lugar onde, de forma profética, se denuncia a violação dos Direitos Humanos e anuncia o Reino que já se faz presente entre nós.

A você Marília que me escolheu para ser a minha parteira, obrigada.

Ao Luiz Fernando de Jesus que se colocou como um dos maiores mobilizadores da Educação do Campo e das ferramentas políticas de articulação para a permanência na terra, tais como Feira da Roça, Escolinha de Agroecologia, dentre outras.

RESUMO

MARTINS, Sonia Ferreira. **A Educação do Campo como ferramenta pela permanência na terra – a experiência de Campo Alegre**. 2020. 46f. (Dissertação, Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2020.

A dissertação parte de experiências em Educação Popular ocorridas em áreas ocupadas na década de 1980 em Campo Alegre, atualmente situadas em dois municípios diferentes, Nova Iguaçu e Queimados, na Baixada Fluminense. A partir do protagonismo da educadora-pesquisadora e autora deste trabalho no contexto da ocupação na década de 1980, realizou-se pesquisa-ação em atividades de formação continuada com educadores(as) nesses territórios onde anteriormente ocorreram as experiências de Educação Popular e Comunitária e que hoje se materializam em duas escolas municipais: a Escola Municipal Campo Alegre (rede municipal de Nova Iguaçu) e a Escola Municipal José Anastácio (rede municipal de Queimados), ambas atualmente configuradas como “escolas do campo”. A pesquisa-ação realizou atividades visitando o passado (período da ocupação), buscando trazer experiências educativas daquele contexto histórico em que as “escolas” eram uma extensão do assentamento e vice-versa. Ao levar os(as) atuais educadores(as) dessas duas escolas a tomarem contato com essas experiências anteriores - desconhecidas por quase todos(as) - buscou-se apresentar essas imagens do passado como diálogo para suas atuais configurações identitárias como “escolas do campo”, oferecendo pistas para a elaboração de um processo pedagógico e de um fazer curricular “diferenciado”. Nele, propunha-se que os(as) educadores(as) se redescobrissem num processo (auto)formativo junto com outros participantes (moradores, estudantes, agricultores do passado e do presente) a partir de novas perspectivas, ressignificando a relação escola/ comunidade. Apresenta-se uma reflexão sobre os encontros e desencontros entre práticas de Educação Popular Comunitária forjadas no ventre do assentamento e, no desdobramento das décadas, dentro do âmbito de práticas normatizadas de educação escolar pública. Nos confrontos e diálogos entre esses diferentes processos educativos, é possível identificar um espaço que nem é a escola comunitária do passado nem a escola atual regulada pelo poder público: é um espaço educativo que se reconstrói a cada dia a partir de processos de formação continuada e de práticas curriculares informais na direção de uma educação “outra” (Arroyo). Nesta reconstrução, todos são educadores(as) de uma escola que rompe com os muros e abre assim o canal que faz fluir o trânsito entre a escola e a comunidade através do Estudo da Realidade (Freire) e do trabalho com as memórias.

Palavras-Chave: Educação Popular Comunitária; Educação Escolar Pública; Educação do Campo; memórias; Educação Diferenciada.

ABSTRACT

MARTINS, Sonia Ferreira. **Rural Education as a tool for the struggle to stay on land - the experience of Campo Alegre.** 2020, 46p. (Dissertation, Master in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2020.

The dissertation starts from experiences in Popular Education that took place in occupied areas in the 1980s in Campo Alegre, currently located in two different municipalities, Nova Iguaçu and Queimados, in Baixada Fluminense. Based on the role of the educator-researcher and author of this work in the context of the occupation in the 1980s, action research was carried out in continuing education activities with educators in these territories where the experiences of Popular and Community Education had previously occurred and which today materialize in two municipal schools: the Municipal School Campo Alegre (municipal network of Nova Iguaçu) and the Municipal School José Anastácio (municipal network of Queimados), both currently configured as “rural schools”. The action research carried out activities visiting the past (period of occupation), seeking to bring educational experiences from that historical context in which the “schools” were an extension of the settlement and vice versa. By taking the current educators of these two schools to make contact with these previous experiences - unknown to almost everyone - we sought to present these images of the past as a dialogue for their current identity configurations as “rural schools”, Offering clues for the elaboration of a pedagogical process and a “differentiated” curricular practice. In it, the educators, as they rediscover themselves in a (self) training process by rediscovering the other participants (residents, students, farmers from the past and the present) from new perspectives, resignifying the school / community relationship. A reflection is presented on the encounters and disagreements between Popular Community Education practices forged in the womb of the settlement and, in the course of the decades, the standardized practices of public school education. In the confrontations and dialogues between these different educational processes, it is possible to identify a space that is neither the community school of the past nor the current school regulated by the government: it is an educational space that is rebuilt every day from the processes of continuing education and of informal curricular practices towards “other” education (Arroyo). In this reconstruction, everyone is an educator at a school that breaks with the walls and thus opens the channel that makes the traffic flow between the school and the community through the Reality Study (Freire) and working with memories.

Key-Words: Community Popular Education; Public School Education; Rural Education; memoirs; Differentiated Education.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AFERNI – Associação da Feira da Roça de Nova Iguaçu

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CESEPE - Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular.

CIEPs - Centros Integrados de Educação Pública

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CS – Convergência Socialista

EJA – Educação de Jovens e Adultos

E. M. - Escola Municipal

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LEC - Licenciatura em Educação do Campo

MAB – Movimento de Amigos de Bairro

MST - Trabalhadores Rurais Sem Terra

PPP - Projeto Político Pedagógico

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SAC – Sociedade Amigos da Cultura

SEAF - Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

UAMCA - União das Associações do Mutirão de Campo Alegre

UFF IEAR – Universidade Federal Fluminense – Instituto de Educação de Angra dos Reis

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Ilustr N° 1 – Licenciatura em Educação do Campo – UFRRJ/PRONERA – 2012.....	1
Ilustr N° 2 – Referências a Limberg.....	4
Ilustr N° 3 – 16/05/18 – Formação de educadores(as) das escolas do campo de Queimados – Local: EM Pastor Arsênio	9
Ilustr. N° 4 – Acampamento Marapicu (década de 1980).....	10
Ilustr. N° 5 – Regionais de Campo Alegre.....	12
Ilustr. N° 6 – Festa junina no Cruzeiro – Campo Alegre (década de 1980).....	14
Ilustr. N° 7: Dom Adriano Hypolito.....	15
Ilustr N° 8: Padre Geraldo.....	16
Ilustr N° 9 – Mulheres e crianças – Campo Alegre década de 1980.....	22
Ilustr N° 10 – PPP da EM Campo Alegre 2016-2018	26
Ilustr N° 11 – Territórios dos(as) estudantes da LEC PRONERA/UFRRJ (2010-2013).....	30
Ilustr N° 12 – Mística realizada na sede da Cooperativa no aniversário da ocupação de Campo Alegre (2018).....	31
Ilustr N° 13 – Livro didático construído em 2011 como sistematização de um ano de formação continuada na EM Campo Alegre a partir do trabalho das estagiárias da LEC, das professoras das escolas e dos moradores locais.....	32
Ilustr N° 14 – Lançamento do Livro didático construído em 2011 na EM Campo Alegre.....	33
Ilustr N° 15 – Painel montado pela professora Vanessa na Cooperativa de Campo Alegre por ocasião do aniversário do Assentamento em 2018.....	34
Ilustr N° 16 - Momento de Fala na abertura do Seminário das escolas do campo das redes de Angra dos Reis, Queimados e Nova Iguaçu – 26/10/2018; Angra dos Reis – UFF IEAR.	35
Ilustr N° 17 – Atividade de Formação continuada na EM Pastor Arsênio, escola do campo de Queimados (16/05/2018).....	35
Ilustr N° 18 – Banner confeccionado pela EM José Anastácio para o Encontro das Formações realizado em 26/10/2018 na UFF-IEAR, Angra dos Reis.....	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: O LUGAR DE QUEM FALA.....	1
1 CAPÍTULO 1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA NA BAIXADA FLUMINENSE (DÉCADA DE 1980) E EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO POPULAR:	10
2 CAPÍTULO 2 AS ESCOLAS IRMÃS.....	19
3 CAPÍTULO 3 A FORMAÇÃO DOS EDUCADORES E DAS EDUCADORAS DAS ESCOLAS DO CAMPO:	29
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS:	42
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

INTRODUÇÃO: O LUGAR DE QUEM FALA

Iniciamos esta escrita trazendo para a centralidade a importância do lugar da fala e de quem fala (RIBEIRO, 2017): é importante quando os de “baixos” conseguem romper com o silêncio, tornando-se protagonistas de suas próprias experiências. Neste sentido, trago o significado que teve a experiência que se desenvolveu na vida de homens e mulheres de 2010 a 2013, dentro da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que de forma privilegiada compuseram a primeira turma da Licenciatura da Educação do Campo no estado do Rio de Janeiro – fruto de um convênio entre a Universidade e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a partir de demanda dos movimentos sociais e sindicais do campo. Tal experiência possibilitou que esses sujeitos, a partir dos entrelaces das experiências dentro e fora da sala de aula, evidenciassem os seus territórios e, neles, as lutas ali articuladas para a garantia dos seus direitos nas últimas décadas.



Ilustr Nº 1 – Licenciatura em Educação do Campo – UFRRJ/PRONERA – 2012

Destacamos que, ao falar do(s) território(s), foi imprescindível que se apresentasse(m) o(s) sujeito(s) que falava(m) – estas narrativas ficaram registradas nos Trabalhos Integrados/Estudos das Realidades dos diversos territórios que compunham a LEC, bem como nas 53 monografias apresentadas ao final do curso em setembro de 2013. Tendo em vista a importância dessa vivência realizada na LEC e do registro contido em minha monografia¹, aproveito para revisitar aquela narrativa a partir deste meu momento atual, tratando do meu percurso formativo e assim me colocando como protagonista de minha própria história. Não se trata de uma (auto) biografia e sim de trazer essa experiência como um holofote que refaz o olhar no presente, como caminho de auto - formação da educadora popular que aqui fala – e de todos os (as) outros (as) implicados (as) nas experiências destes espaços educativos. (JOSSO, 2004)

Neste contexto, evidencio um importante marco na história do Estado do Rio de Janeiro na década de 1984, ocasião em que se retomou através da ocupação da Fazenda

¹ MARTINS, Sonia Ferreira. A educação na Escola Comunitária Limberg na retomada da luta pela conquista da terra em Campo Alegre - Baixada Fluminense/ RJ. Licenciatura em educação do Campo. UFRRJ, Seropédica-RJ. Agosto de 2013.

Campo Alegre, a bandeira da Reforma Agrária após um período de grande repressão e silenciamento político. É importante dizer que esta ocupação se tornou a porta de entrada para várias outras que ocorreram neste período dentro do contexto da redemocratização do país e da reorganização/fortalecimento dos movimentos sociais. (SADER, 2001) Isso tornou Campo Alegre o protagonista de um levante político da luta pela conquista da Terra; trata-se também da expressão da situação de homens e mulheres que, por se encontrarem em condição profundamente precária produzida por um modelo econômico excludente, se articulavam para ocupar o latifúndio improdutivo – e que, ao ser ocupado, renasce pelas mãos daqueles sujeitos.

Ao adentrar na história das ocupações, é possível revisitar a minha história, pois elas estão entrelaçadas pela militância e assim me debruço neste processo, trazendo à tona o contexto que permeava as ocupações – a redemocratização do Brasil. Também naquele contexto político, a ambiência do estado do Rio de Janeiro governado por Leonel de Moura Brizola. Todos esses elementos têm um impacto substancial na luta pela conquista da Terra e no processo de aprendizagem de todos os sujeitos que participaram daquela situação – eu, inclusive.

O Brasil, naquele momento, vivia sua transição política, rompendo com o regime ditatorial que havia sido responsável pelo extermínio de trabalhadores e trabalhadoras rurais, com isso interrompendo, por vinte anos, a luta neste campo da Reforma Agrária. Só na década de 1980, ocorre um reflorescer no deserto, as flores da esperança. É um Brasil que vai renascendo das cinzas de um tempo em que a imposição do silenciamento estava na ordem do dia. Neste novo tempo, emergia a presença da Igreja católica através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), tendo como a mola mestra a Teologia da Libertação, embalando este renascer do Brasil.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), segundo Frei Betto (BETTO, 1985), são pequenos grupos organizados em torno da Paróquia (área urbana) ou de Capela (área rural) por iniciativas de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960 em Nísia Floresta, Arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda, segundo outros. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEBs podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupão a que se dá o nome de “Comunidade Eclesial de Base”.

As CEBs expressam uma Igreja que entende que o seu papel profético se realiza na história e que, para isso, faz-se necessário que a Igreja se abra para o diálogo com outras formas de pensar da sociedade, com a diversidade de jeito de ser Igreja e também com os movimentos sociais.

Dessa forma, contextualizando este tema no processo de luta pela terra em Campo Alegre no início da década de 1980, falar das CEBs significa dizer o quanto esta experiência dialogou com o processo das ocupações. É neste enquadramento que se situa a minha inserção: participei do processo da ocupação da Fazenda Campo Alegre pelo fato de estar nas CEBs. Na medida em que vou narrando tal acontecimento, me coloco como aquela que experimentou esta realidade e este experimentar emerge no contexto de um dos maiores desafios na vida das ocupações: o de reafirmar a importância da luta pela conquista da terra sem que nenhum trabalhador e nenhuma trabalhadora perdesse de vista a sua forma de ser e de viver a sua religiosidade. Estar inserida nas CEBs e também nas organizações sociais me fez juntar fé e vida, me convidou a ler e reler a realidade a partir de uma fé libertadora. Nesta dinâmica de narrar a história da ocupação de Campo Alegre entrelaçando-a com a minha história, traço a seguir alguns marcos da minha trajetória de vida, articulando-os com este cotidiano da luta pela conquista e permanência na terra.

Em 1979, iniciei um trabalho na Associação de Moradores do meu bairro – Campo da Banha. Esta experiência abriu canal de participação no grupo afro cultural 20 de novembro, na Sociedade Amigos da Cultura (SAC), dentre outros. Esta experiência contribuiu com outro olhar para dentro da Igreja Católica. De certa forma, foi este o alicerce que fundamentou uma atitude mais crítica, autônoma. Aquilo que antes era visto com tranquilidade, tornou-se incômodo, levando a estabelecer uma relação de confronto com a autoridade eclesial. No início da década de 1980, esta relação foi acirrada, chegando ao seu limite quando o padre me expulsou da igreja sob a alegação de que eu era “comunista”... Esta atitude me tirou o chão até porque durante toda minha vida estive ligada à igreja e, ao mesmo tempo, não via minha atitude de questionar, propor e de reelaborar outra dinâmica orgânica como abuso de poder; pelo contrário, via como novos ares entrando naquela estrutura velha e arcaica. O interessante é que, se para a Igreja eu era “pervertida” e colocava em cheque a autoridade religiosa e a linha pastoral, por outro lado, a leitura feita sobre mim pelo movimento negro, em especial pelo Grupo Afro Cultural 20 de Novembro, era que estar na Igreja era inconciliável com a proposta desse movimento, pois a igreja sempre foi historicamente aquela que compactuou com as atrocidades cometidas pelos poderes governamentais contra a vida do povo negro. Por isso, o grupo me pedia para que eu me distanciasse da igreja. Sempre estive certa de que, na minha veia, corria um sangue misturado de fé e política e que um nunca viveu sem o outro. A minha participação na Igreja sempre me alimentou e me impulsionou no engajamento na esfera política e, por causa desse engajamento, tornou-se possível contribuir para as mudanças estruturais da Igreja.

No ano de 1984, Queimados acolhe, a convite do Movimento Negro, a Convergência Socialista (CS) que tinha como foco criar um núcleo em Queimados. Num primeiro momento, fiquei muito entusiasmada com a forma como eles falavam: parecia que a revolução já estava chegando! O que me desanimou foi a forma como eles conduziam o processo. Nas reuniões, eles, no término das falas, pediam para levantar as mãos quem queria participar ativamente da organização. Quem não levantava, eles descartavam. Não perguntavam o que estava acontecendo, simplesmente excluíam do convívio. Essa experiência despertou para as diferentes metodologias existente nas CEBs nas quais a inclusão é a centralidade e na esfera política a inclusão está submetida às condições impostas, não respeitando as formas diferentes de pensar. Enquanto a horizontalidade permeava a experiência das CEBs, a verticalização permeava as experiências dos espaços das organizações políticas.

A prática da verticalização ficou ainda mais evidenciada em episódio ocorrido, naquela ocasião, com uma jovem que se colocou por inteira para atuar na CS, acreditando ser esta organização o único meio de transformação social, tornando-se uma das maiores articuladora de base dessa organização. A questão é que ser articuladora de base não lhe dava as condições de participar das decisões de cúpula da organização. A ela foi exigido mudar de lugar geográfico; só que a transição ficou apenas no campo geográfico porque havia um distanciamento entre quem deliberava e quem executava. Este processo a levou para um deserto interior insuportável e, quase um ano depois, precisamente em dezembro de 1984, ela falou que havia apostado todas as suas fichas nesta organização e tudo aquilo que parecia ser verdadeiro não era. Havia perdido tudo: a família, os amigos... Sentia um vazio sem precedentes e não sabia mais como fazer o caminho de volta: percebeu que tinha perdido o endereço, não sabia como “voltar para casa”. Em janeiro de 1985, ela cometeu suicídio. Esta foi uma das mais dolorosas experiências que vivi. Aprendi e amadureci bastante. Reafirmou em mim que nenhuma mudança social será realizada sem a garantia do respeito a cada indivíduo, que não existe verdade absoluta e que a construção de um novo tempo é árdua, exigindo que cada um contribua.

Foi com essa experiência no campo das organizações políticas e junto à saída forçada da Igreja que cheguei à ocupação de Campo Alegre; logo percebi as demandas que emergiam

naquela realidade. Nesse sentido, o ano de 1984 foi dedicado ao conhecimento da realidade: conhecer as pessoas, saber de onde vieram e porque vieram. O exercício da pedagogia da escuta possibilitou uma compreensão maior daquele território: sem dúvida, foi a melhor ferramenta usada pois, só ouvindo as histórias de cada um e cada uma, é que pudemos construir coletivamente estratégia de atuação naquela ocupação.

Em 1985, Campo Alegre experimentou a dor da perda de uma das lideranças: o assassinato de Limberg².

Limberg era um homem que via na ocupação um lugar de produção e de garantia de vida digna para todos. Interessante é que, neste caso, mais uma vez, me deparo com prática semelhante às que relatei no início – o caso de “L”, a que já me referi neste texto: aquela que, por discordar do que a direção propunha, foi colocada de lado.

Isso aconteceu com Limberg, pois, pensar diferente e ir para o confronto o levou a perder a vida.



Ilustr N° 2 – Referências a Limberg.
 Fonte: Arquivo da Diocese de Nova Iguaçu.

² Liderança que foi brutalmente assassinada e tudo que diz respeito a ele foi apagado. Sendo assim, toda sua memória foi apagada. Por isso não há uma fonte documental como argumento sobre a importância dele no processo histórico de Campo Alegre.

Mais uma vez, a verticalização e a hierarquização se colocaram acima de todos. A forma impiedosa de agir das organizações ditas de esquerda vai na contramão do que diz Paulo Freire: “O sectário, por sua vez, qualquer que seja a opção de onde parta na sua ‘irracionalidade’ que o cega, não percebe ou não pode perceber a dinâmica da realidade ou aperceber equivocadamente. (FREIRE, 1987, p. 26). Continuando, diz ainda Freire (idem, ibidem):

Esta é a razão, por exemplo, por que o sectário de direita, que, no nosso ensaio anterior, chamamos de “sectário de nascença” , pretende frear o processo, “ domesticar” o tempo e, assim, os homens de esquerda, ao sectarizar-se, se equivoca totalmente na sua interpretação “dialética” da realidade, da história, deixando cair em posições fundamentalmente fatalistas.

Paulo Freire, ao escrever *Pedagogia do Oprimido*, nos oferece a possibilidade de realizar uma leitura crítica das nossas práticas: se elas, em nome da liberdade, acabam nos aprisionando e se, no fundo, acabam contribuindo para o fortalecimento de um projeto excludente. Neste caso, nos perguntamos: de fato, qual é a diferença entre a direita e a esquerda no que diz respeito a uma prática de cunho excludente, verticalista?

Ainda neste contexto, é possível dialogar com o outro livro de Paulo Freire que é *A Pedagogia da Autonomia* (1996, p 30), quando ele diz que: “A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria/prática, sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática ativismo.”

É justamente neste “rever a prática” que percebo o quanto está sendo importante este processo de (re) olhar o passado com os pés no presente e de perceber o quanto a experiência de ontem traz luz para as experiências de hoje.

Dessa forma, a ocupação de Campo Alegre, no seu processo organizativo, pouco se ateu à perda de Limberg, como se pouco importasse essa vida. Nós, educadoras daquele território, nos colocamos como aquelas que insistíamos para que isso não caísse no esquecimento, mas pouco se conseguiu avançar. Aqueles que, naquela ocasião, se colocavam como os coordenadores, cumpriram a função de, através de ameaças, nos manterem em silêncio.

Aquele ano, além da perda de Limberg, se caracterizou também como o início da etapa de organização interna do então acampamento (Campo Alegre) e assim ocorreu o processo de divisão do território em regionais, pois era uma maneira de se garantir uma melhor articulação da luta. Desse jeito, ficou assim dividido: Regional Marapicu, Regional Acampamento, Regional Matogrosso, Regional Fazendinha, Regional Chapadão, Regional Terra Nova e Regional Capoeirão. Cada regional criou sua organização política interna própria; o que unia todas as regionais era a União das Associações do Mutirão de Campo Alegre (UAMCA). Este tempo coincidiu com a entrada oficial do governo estadual em Campo Alegre: e isso se deu através da presença do então governador do estado do Rio, o senhor Leonel de Moura Brizola.

A entrada do Estado impactou seriamente a dinâmica interna do Assentamento. A chegada do Estado foi munida de uma autoridade que se colocou acima da organização interna, dizendo-se capaz de responder às demandas ali colocadas. Um dos primeiros impactos se deu em função da forma como esse Estado dialogou com os trabalhadores: se a UAMCA era a referência de articulação política do assentamento, reunindo as lideranças de cada regional, o Estado veio dialogar diretamente com as associações de forma individual, enfraquecendo assim a coletividade. Naquele contexto, ficou evidenciada uma ação verticalizada do governo, voltada para outro projeto que não era naquele momento do assentamento, mas que foi o que prevaleceu, pois havia uma proposta de investimento econômico e social nas regionais – através da criação de uma agrovila, criação de cabra, trator

de pequeno porte para cada regional, dentre outros. No fundo, segundo o governador, Campo Alegre iria se tornar a referência, o grande “cinturão verde” do Estado do Rio. Isso criou, de certa forma, uma dependência afetiva dos agricultores para com o Brizola (populismo personalista), impossibilitando uma reflexão crítica do projeto, de se perceberem como co-autores e também agentes políticos naquele processo.

Este rumo que foi tomando Campo Alegre desarticulou a experiência já iniciada, esvaziando o conteúdo de organização popular autônoma e, com isso, estabelecendo uma relação conflitiva com o governador. Sinalizava aí, de forma distinta, duas formas de ver e ler a realidade: uma de dentro e outra de fora. A segunda se posicionava de forma vertical, desconhecendo o que o território já havia acumulado de experiência naquele quase um ano e meio da ocupação.

Isso foi tomando corpo, chegando a um ponto em que Campo Alegre foi se enfraquecendo politicamente e se distanciando de sua articulação com as demais ocupações, para as quais ele havia contribuído de forma decisiva.

Em meados de 1986, com o intuito de rearticular as ocupações, Campo Alegre conseguiu mobilizar as ocupações da Baixada Fluminense (Guandu, Paracambi, Nova Iguaçu e Itaguaí) para ocupar o Palácio da Guanabara para cobrar do governador uma resposta às reivindicações das políticas públicas voltadas para o campo, até então não cumpridas. Naquele dia, foi entregue ao governador um documento que tratava das demandas das ocupações da Baixada Fluminense. Dentre elas, havia uma exigência no campo da educação que propunha que houvesse garantia de profissional voltado para essa realidade; no campo da saúde, havia a proposta de ter, nas áreas ocupadas, postos médicos e que houvesse profissionais que ouvissem a população de forma que se tornasse possível construir coletivamente uma proposta de saúde pública para o campo. Tal documento praticamente não saiu do papel.

O que se conseguiu naquele processo foi a criação da Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiário (SEAF) – que se tornou a referência do governo para as questões das ocupações, tendo como secretário o senhor Paulo Smith. Essa Secretaria agregou todas as instâncias de demandas das ocupações: Educação, saúde, regularização fundiária, entre outras.

Ainda no ano de 1986, acirrou-se o conflito com o governo Brizola, de forma que a proposta de educação ali construída colocava em cheque um outro projeto de educação que, naquele tempo, era a linha de frente desse governo – o projeto dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs). Este conflito ficou explícito em dois distintos projetos de educação: o primeiro entendia que era necessária uma ação coletiva do governo para integrar as políticas públicas pertinentes para o campo e o segundo dava a entender que havia uma hierarquização das políticas - uma para acontecer tornava necessário suprimir outras. Para isso, o Governo estadual colocou como justificativa que sua prioridade, naquele momento, era a desapropriação da terra e não o investimento em educação, objetivando a oferta de investimentos para as famílias. Tal medida colocou os trabalhadores numa “saia justa”. Como é que o Governo podia colocar para escolher entre a escola ou a desapropriação da terra? Lógico que, diante disso, os trabalhadores escolheram a desapropriação. Ficou configurada a hierarquização dos direitos. Foi de fato impossível se manter neste espaço: a base estava cooptada, a nossa voz soava como um zumbido, sem legitimidade, restando apenas a solidariedade moral pelo tempo ali dispensado.

A saída de Campo Alegre me fez sentir que era necessário repensar no que fazer da vida, afinal de contas, foram três anos intensamente dedicados à comunidade. Como aprendi! Nenhum outro lugar por onde havia passado antes tinha me ensinado tanto! Não podemos nos esquecer de que a ocupação de Campo Alegre foi o início de uma série de outras ocupações e, com isso, é importante dizer o quanto foi rico este processo que chegava a encerrar o ciclo. O

difícil era se dar conta de que era hora de seguir em frente, trazendo na bagagem o aprendizado.

Confesso que foi profundamente doloroso: eu revivi, naquele momento, a experiência de ter sido expulsa da Igreja, fiquei sem cão mais uma vez e aí o físico falou mais alto e tive que obrigatoriamente cuidar da saúde. Naquele momento, fui convidada a participar das Missões Populares que aconteciam em Juazeiro da Bahia. Foi bom conhecer outros e outras, trocar experiências; ajudou no distanciamento da experiência anterior e me colocou frente a outros desafios.

Ao retornar dessa experiência, estava acontecendo na Baixada um conflito fundiário na fazenda São Bernardino de Melo, localizada em Vila de Cava, bairro de Nova Iguaçu. As freiras que acompanhavam essa ocupação me convidaram para contribuir no momento em que as famílias estavam sendo despejadas de forma violenta. Fui e lá encontrei uma realidade muito complicada, de fato ainda não visto um despejo tão violento. Foi naquele momento em que me aproximei de Dom Adriano Hipólito, hoje considerado o Profeta da Baixada Fluminense. Fora ele quem havia, em 1984, convocado toda a Igreja pertencente à Diocese a contribuir com a ocupação de Campo Alegre. Naquele momento, ele mais uma vez se colocava como Pastor na defesa dos que sofriam. Dom Adriano não mediu esforços para, publicamente, denunciar a forma como se dava aquele despejo: assim, sensibilizou uma grande parte da Igreja e da sociedade civil. Esta presença profética contribuiu para que esta área fosse desapropriada para fins de Reforma Agrária.

Naquele mesmo ano, no mês de julho, participei de um curso de formação em São Paulo, que teve quatro meses de duração. Foi um curso promovido por uma instituição ecumênica chamada CESEPE – Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular. Este curso era destinado para militantes cristãos. Foi extremamente bom, pois o curso me ajudou a colocar as ideias no lugar. Foi bom poder, pela primeira vez, partilhar minhas experiências com um público de toda a América Latina, da África, do Caribe, da Ásia e Europa.

Em novembro do mesmo ano, aconteceu na diocese de Nova Iguaçu, a ordenação sacerdotal do Padre Airton, evento que marcou o processo litúrgico dessa diocese, pois foi uma celebração que trouxe elementos voltados para o público negro e isso veio ao encontro da religiosidade dessa população da Baixada Fluminense que é, em sua maioria, composta por negros e negras. Esta liturgia desencadeou um repensar da presença do negro e da negra no espaço da Igreja e isso somou com o ano seguinte (1988) quando a Campanha da Fraternidade trouxe como tema central – o NEGRO. Isso abriu as portas para uma maior visibilidade do povo negro, possibilitando a reelaboração de uma liturgia que pudesse melhor contribuir com o jeito negro de celebrar. A partir daí, iniciou-se o grupo chamado Agentes de Pastoral Negro, que se colocou como referência de ser o mobilizador do processo de se repensar o povo negro na Igreja.

Naquele mesmo ano, como consequência do envolvimento da diocese de Nova Iguaçu no conflito de terra na Fazenda São Bernadinho, foi criada a Equipe da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Esta equipe acompanhava 12 áreas de ocupação: Pedra Lisa, Mutirão da Fé, Boa Esperança, Paracambi, Paes Leme, Mato Grosso, Acampamento Capoeirão, Marapicu, Chapadão, Fazendinha. Através da equipe local, foi possível intercambiar experiências com as demais equipes de CPT do estado do Rio (Volta Redonda, Valença, Barra Mansa, Trajano de Moraes, Macaé, dentre outras), ampliando assim a visão da luta pela terra para além da Baixada. Em 1993, fui eleita coordenadora estadual da CPT por dois anos. E isso me colocou na articulação a nível Nacional da CPT, pois a Comissão Pastoral da Terra encontra-se organizada através de suas regionais em todo o Brasil.

A década de 1990 foi marcada por mudanças na conjuntura política, iniciando-se um processo de desarticulação do que se havia conquistado na década anterior, pois naquele

momento a CPT entrava num processo de reavaliar a sua existência no estado do Rio e, dessa forma, pode-se reencaminhar o jeito de ser CPT. Passava assim a atuar através de uma única equipe no norte do estado.

A conjuntura eclesial no Rio de Janeiro começou a viver um processo de fragmentação quando os Bispos que se colocavam na defesa de um projeto de Igreja permeado pela teologia da Libertação – que se autor reconheciam como “Leste Zero³” – entraram no encerramento do seu ciclo, passando a ser Bispos eméritos. Nesta nova posição, eles não tinham mais a força de antes. Esses bispos eram: **Dom Adriano Hipólito** – Bispo da Diocese de Nova Iguaçu, **Dom Waldir Calheiros** Bispo da Diocese de Volta Redonda, **Dom Vital João Geraldo** Bispo da Diocese de Itaguaí, **Dom Mauro Morelli** Bispo da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, **Dom Frei Elias James**, Bispo da Diocese de Valença. Esses Bispos, ao entregarem o Cajado, foram em sua maioria substituídos por Bispos conservadores e isso teve um impacto negativo na articulação das CEBs e, conseqüentemente, no engajamento dos leigos e leigas nos movimentos sociais.

Ainda na década de 1990 foi criada, na Diocese de Nova Iguaçu, uma comissão diocesana de plantas medicinais e, com isso, foi importante a valorização das experiências existentes na Baixada Fluminense com o uso tradicional com plantas medicinais. Isso foi, mais tarde, desencadear no processo de criação, no Estado do Rio de Janeiro, da Rede Fitovida. Para isso, foi criada uma equipe que, durante o ano de 1999, visitou as dioceses do Rio de Janeiro e assim mapeou 108 grupos comunitários que trabalham voluntariamente com remédio caseiro. Dentre eles, alguns tinham parceria com as secretarias municipais de saúde, de forma que os médicos prescreviam xaropes e pomadas para os pacientes e os encaminhavam para os locais onde os grupos se reuniam. Em abril de 2000, foi realizado um encontro de troca de experiências entre esses grupos e, naquele encontro, nasceu a proposta de criar a referencial articuladora dessas experiências em nível estadual. Foi assim que nasceu a Rede Fitovida. Hoje, o acervo catalogado dessas experiências encontra-se na Casa da Memória em Belford Roxo.

Como se pode ver através desse pequeno relato de meu percurso formativo, um dos principais sentidos do presente trabalho é justamente refletir criticamente sobre as aprendizagens vivenciadas na ocupação de Campo Alegre, buscando identificar as várias ferramentas e meios culturais de formação, realizando um diálogo entre essas experiências de Educação Popular da década de 1980 e nosso momento atual.

Se em 2013 eu aproveitava a escrita da monografia (MARTINS, 2013) como momento/oportunidade para refletir e registrar sobre a experiência de educação popular da Escola Comunitária Limberg, neste momento aproveito para revisitar minhas memórias e refletir sobre a relação da experiência da qual participara em Campo Alegre para relacioná-la com a situação da outra escola que ficava na regional vizinha. Neste processo vivenciado no ano passado de participar de cursos de formação continuada para educadores (as) das escolas do Campo de Queimados, pude revisitar esta experiência através de outro prisma...

³ Geograficamente, o Rio de Janeiro é delimitado pela CNBB como Leste 1. Esse Leste 1 é composto por 10 dioceses. Na década de 1980, haviam cinco bispos (das seguintes dioceses: Valença, Volta Redonda, Itaguaí, Nova Iguaçu e Duque de Caxias) comprometidos com a realidade do povo. Havia uma sintonia entre os bispos em questão que mobilizava ações coletivas e pastorais enquanto presença profética de uma Igreja na defesa do povo. Sendo assim, eles se intitulavam com Leste Zero e se encontram de forma não oficial. Esse diálogo possibilitou uma contribuição ímpar para o RJ em defesa de pautas importantes, como luta pela democratização da terra. Depois da década de 1990, esses bispos foram substituídos por bispos ultra conservadores.



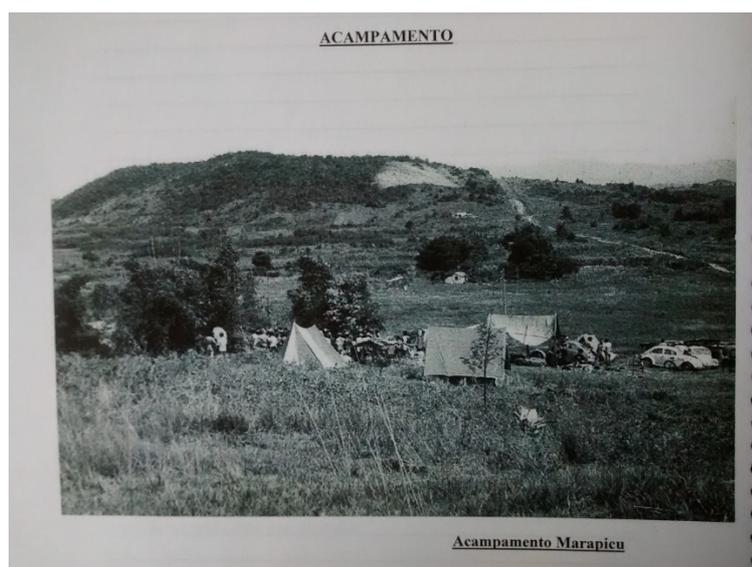
Ilustr N° 3 – 16/05/18 – Formação de educadores(as) das escolas do campo de Queimados –
Local: EM Pastor Arsênio

1 CAPÍTULO 1

CONTEXTUALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA NA BAIXADA FLUMINENSE (DÉCADA DE 1980) E EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO POPULAR:

Neste capítulo, vou me atentar para evidenciar a ocupação de Campo Alegre, considerando o contexto no qual ela foi gestada e assim trazer a importância dos sujeitos que se tornaram os protagonistas desse processo, dentre eles, as organizações da sociedade civil - Partidos, Movimento Amigo de Bairros (MAB), Sindicatos e a Igreja Católica.

É nesta rede de movimentação para a garantia dos direitos básicos que homens e mulheres se organizaram para ocupar as terras improdutivas na Baixada Fluminense no início de 1980. É importante dizer que Campo Alegre é consequência de um modelo econômico excludente deste país e que é também fruto da resistência de inúmeras lutas que se sucederam ao longo das décadas de 1950 e 1960 pelos movimentos de trabalhadores por uma Reforma Agrária eficaz que respondesse às exigências que emergem da realidade. Segue abaixo uma ilustração da ocupação em 1985.



Ilustr. Nº 4 – Acampamento Marapicu (década de 1980).

Fonte: Arquivo da Cúria de Nova Iguaçu; Acervo Dom Adriano Hypólito – 2015.

A década de 1980 tem seu marco no processo de redemocratização do Brasil e, com ele, no estado do Rio de Janeiro, se inicia um levante popular através das ocupações de terra protagonizado pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais. A ocupação da Fazenda Campo Alegre trouxe, na sua centralidade, a retomada da Bandeira da Reforma Agrária, cumprindo também o papel de protagonizar todas as demais ocupações que ocorreram posteriormente na década de 1980. Como afirma Alentejano (2011, p. 31):

De Campo Alegre proliferaram grupos que se organizaram para ocupar terras em outras áreas, como as Fazendas: Boa Esperança em Japeri; do Barreiro em Paracambi (atual Vitória da União); da Conquista, em Valença; Pedra Lisa em Nova Iguaçu; o Mutirão da Fé em Queimados e tantas outras, transformando a Baixada Fluminense

na principal área de conflitos fundiários do Estado do Rio de Janeiro nos anos de 1980.

Neste contexto das ocupações, Campo Alegre é uma referência política da luta pela conquista da Terra e se coloca também como um importante articulador e mobilizador de homens e mulheres que, por se encontrarem em condições de profunda precariedade – acirrada pelo modelo econômico excludente –, passaram a se reconhecer como sujeitos capazes de fazer valer um projeto de Reforma Agrária com a participação de todos e todas.

Ocupar Terra é se desafiar a um tipo de enfrentamento em que a vida está eminentemente ameaçada porque a Terra, neste país, é propriedade privada intocável conforme aponta a Constituição de 1988, no seu Art 5º.

Porém, esses sujeitos que se desafiaram a levar a frente este tipo de enfrentamento tinham a compreensão de que assumir tal risco era necessário. Estavam certos de que ocupar a terra é uma medida importante para poder garantir o direito à moradia, à produção e à comercialização. Trata-se, na realidade, de poder reelaborar pelas próprias mãos dos trabalhadores e trabalhadoras um outro modelo agrário neste país.

Essas ocupações aconteceram no estado do Rio de Janeiro numa conjuntura em que o Brasil vivia o seu processo de redemocratização, tempo este em que ocorreu a transição do regime militar para um modelo chamado de “democrático”. Foi um tempo marcado por muitas dores deixadas pelas torturas da ditadura e é também de muita alegria por poder voltar a sonhar. Ocupar as ruas, os bairros e as terras: estas foram ações que envolveram este novo tempo, para assim poder fazer acontecer no presente o “salto do Tigre”, como diz Walter Benjamim (1987, p. 228):

A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras”. Assim, a Roma antiga era para Robes Pierre um passado carregado de “agoras”, que ele fez explodir do continuum da história. A Revolução Francesa se via como uma Roma ressurreta. Ela citava a Roma Antiga como a moda cita um vestuário antigo. A moda tem um faro para o atual, onde quer que ele esteja na folhagem do antigamente. Ela é um salto de tigre em direção ao passado. Somente, ele se dá numa arena comandada pela classe dominante. O mesmo salto, sob o livre céu da história, é o salto dialético da Revolução, como o concebeu Marx.

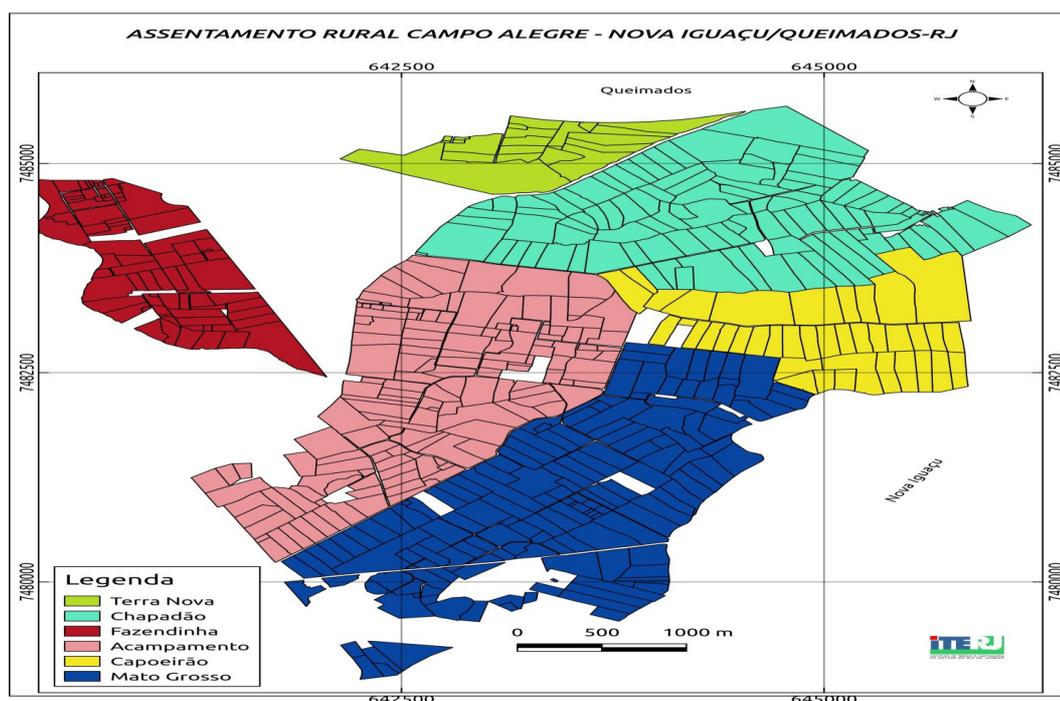
Naquele mesmo tempo, o estado do Rio de Janeiro estava sendo gerido pelo então governador Leonel de Moura Brizola que era visto pelos trabalhadores e trabalhadoras como um forte aliado. Isso tem um impacto substancial na luta pela conquista da Terra. Digo isso porque a atuação dele como governador se materializou na figura afetiva de um “Pai” que foi acoplado à figura de Chefe de Estado”. Ser visto como Pai e não como Chefe de Estado marcou uma profunda diferença na vida desses sujeitos que se encontravam em condições de extrema vulnerabilidade, marcados pela violência e pela exclusão. Tal realidade abriu brechas para ver, na prática do Governador, uma possibilidade de experimentar um pouco de paz, acreditando que poderia extrair dele a tão sonhada Reforma Agrária.

As consequências disso foi que, infelizmente, esses trabalhadores e trabalhadoras estabeleceram uma estreita relação de dependência afetiva e paternal. Esse processo neutralizou, nesses sujeitos, a sua capacidade de lutar e, dessa forma, foi colocado em cheque o projeto político inicial da ocupação da Fazenda Campo Alegre. Algo tão grave quanto isso

foi que a prática desse governo distanciou as regionais entre si e isolou Campo Alegre do conjunto das ocupações da Baixada Fluminense.

O Estado, na figura do então governador Leonel de Moura Brizola, apresentou um projeto que, em linhas gerais, apontou encaminhamentos de ordem prática como, por exemplo, colocar em cada regional um trator, uma equipe técnica (composta por agrônomo e profissional da economia doméstica) e um projeto de instalação de uma Agrovila. Aquele projeto era movido pela ideia de fazer de Campo Alegre um grande “cinturão verde” da Baixada Fluminense. Nas entrelinhas, era um projeto de reafirmação do governo, tendo em vista que, no ano seguinte, aconteceriam as eleições para governador.

Foi no cotidiano da luta que essa ocupação foi tomando um rosto mais humano e, aos poucos, se organizando e se fortalecendo junto às demais articulações políticas pela conquista da terra. Dessa forma, Campo Alegre iniciou a etapa de organização interna através do processo de se dividir em regionais, pois era uma maneira de garantir uma melhor articulação da luta. Desse jeito ficou assim dividido o acampamento: Regional Marapicu, Regional Acampamento, Regional Matogrosso, Regional Fazendinha, Regional Chapadão, Regional Terra Nova e Regional Capoeirão. Para uma melhor visualização, segue o mapa do Assentamento Campo Alegre.



Ilustr. Nº 5 – Regionais de Campo Alegre.

Fonte: Arquivo da CPT

As regionais criaram sua organização política e jurídica própria, mantendo uma estreita relação com o conjunto das regionais através da criação da União das Associações do Mutirão de Campo Alegre (UAMCA). A sede central se manteve no Cruzeiro, referência da ocupação. Como estrutura básica, a UAMCA tinha uma diretoria eleita pelos associados; as assembleias aconteciam nos primeiros sábados de cada mês quando eram deliberadas as questões referentes às demandas gerais do assentamento.

Em meio a toda essa organização, este assentamento sofreu com o processo da violência no Campo, pois, quando se ocupa um latifúndio improdutivo, os ditos “donos”

aparecem para requerer tal propriedade – e com Campo Alegre não foi diferente. Havia uma grande preocupação em garantir a segurança dos que ali se encontravam: por isso, as estratégias de segurança eram pensadas, construídas e reavaliadas sempre. Uma das medidas protetoras eram os códigos usados entre as lideranças. Entre elas, tinha a escolha de um número que identificava determinada liderança.

A atenção e o cuidado voltados para a proteção no assentamento não foram suficientes para garantir a vida de uma das lideranças que esteve efetivamente inserida nesta ocupação, pois o ano de 1985 foi marcado com o assassinato de Limberg, companheiro de luta que esteve presente em todo o processo dessa ocupação. Este assassinato levanta o grande e sério problema da violência no campo que ainda hoje é marca registrada. O que chama a atenção é que este assassinato até os dias de hoje não foi desvendado e, com o passar do tempo, a sua memória foi caindo no esquecimento.

A Comissão Pastoral da Terra tem chamado a atenção para este problema da violência do campo e por isso, de forma sistematizada, tem apresentado a cada ano os dados referente este tipo de violência, apresentando elementos que nos provocam uma séria reflexão sobre o impacto que isso tem na vida e na luta pela conquista da terra no Brasil. Segundo Leonardo Boff (*in* CANUTO; LUZ; ANDRADE, 2016, p. 26): “(...) não temos violência pontual. Estamos montados sobre uma estrutura social e estatal marcada pela violência sistêmica contra pobres, afrodescendentes, camponeses e mulheres.”

Neste sentido, é importante dizer que a memória é lugar da disputa e, por isso, se faz necessário criar as condições que se possa possibilitar o esquecimento: esquecer aquilo que vai trazer danos para a execução de um determinado. (POLLAK, 1989). A produção do esquecimento e do silenciamento é uma arma política.

Em meados de 1986, surgiu o intuito de rearticular as ocupações para poder rever junto ao governador a execução das políticas públicas para o campo – já que, até aquele momento, nada havia sido feito. O Assentamento de Campo Alegre levantou a cabeça e se colocou na linha de frente, mobilizando todas as ocupações da Baixada Fluminense (Assentamento Boa Esperança, Mutirão da Fé, Vitória da União, Assentamento de Pedra Lisa) para ocupar o Palácio da Guanabara e cobrar do governador uma resposta frente às reivindicações das políticas públicas voltadas para o campo até então não cumpridas.

Naquele dia, foi entregue ao Governador um documento que tratava das demandas das ocupações da Baixada Fluminense. Dentre elas, havia exigência no campo da educação, propondo-se que houvesse garantia de profissional voltado para a realidade de cada localidade; no campo da saúde, havia a proposta de ter nas áreas ocupadas postos médicos e que houvesse profissionais que ouvissem a população e que se construísse coletivamente uma proposta de saúde pública para o campo. Tal documento não teve suas proposições efetivadas.

A demanda pela educação sempre foi grande nas áreas ocupadas. Por conta disso, me envolvi junto com outras duas voluntárias pra assumir o trabalho com as crianças de Campo Alegre. A escola era comunitária e funcionava totalmente em função da participação dos moradores. Pedagogicamente, baseava-se no Estudo da Realidade local.



Ilustr. Nº 6 – Festa junina no Cruzeiro – Campo Alegre (década de 1980)

O que se conseguiu foi a criação da Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiário (SEAF) que se tornou a referência do governo para as questões das ocupações, tendo como Secretário o senhor Paulo Smith. Essa Secretaria agregou todas as instâncias de demandas das ocupações: educação, saúde, regularização fundiária, dentre outras.

Neste contexto, trazer à tona a história das ocupações de terra ocorridas na década de 1980 é fazer juz às memórias dos sujeitos que elas participaram pois, certamente, acreditaram que só através da luta e da organização seriam capazes de garantir aqui e agora outro modelo de sociedade e, ao mesmo tempo, poder fazer valer seus direitos de viver com dignidade humana. Dessa forma, foi sendo ressignificado o conceito de cidadania porque, neste modelo de sociedade no qual o Capital é a referência absoluta de ser cidadão, sempre foi delegado a alguns poucos e, para a grande maioria da população, coube apenas a tarefa de lutar, arduamente, para ter o direito de sobreviver. Por isso, a busca diária para acessar o direito de ser cidadão custa tão caro. A música que segue traz uma breve reflexão sobre esse conceito:

Lamento Nativo

(Frei Domingos dos Santos O.P)

Eu venho de longe, eu sou do sertão.
Sou Pedro, sou Paulo, Maria, João.
Eu sou brasileiro, mas sou estrangeiro.
Lutei pela pátria e ganhei cativoiro.

E agora me digam se eu tenho direito Se sou cidadão ou por Deus não fui feito?

Eu sou a nação, eu também sou irmão.
Sou povo de Deus e não tenho porção.
Eu venho da fome, da seca e da dor.
Eu sou do trabalho e não tenho valor.

Eu faço a cidade e não moro: me arranjo.
Plantei e colhi, mas não como: sou anjo
Eu venho da terra sem distribuição.
Eu sou do cansaço sem compensação.

Eu venho de longe, eu sou do sertão:

Sou Pedro, sou Paulo, eu sou a nação.
Eu faço a cidade, mas sou estrangeiro.
Lutei pela pátria e ganhei cativo.
Eu venho de longe, eu sou do sertão.

Nessa música, o autor questiona, a todo o momento, o que é ser cidadão na contraposição da descrição de um rosto desfigurado, trazendo as marcas deixadas pela história do abandono sofrido pela “Pátria”. Entretanto, são eles quem vão se mobilizando, se organizando e se afirmando como “cidadãos de direitos”.

As organizações sociais oriundas das experiências desses sujeitos vão criando estratégias de enfrentamentos diários para poder obter as conquistas sociais e políticas. Neste sentido, o processo das ocupações na Baixada Fluminense, dentre elas a ocupação da Fazenda Campo Alegre ocorrida no início da década de 1980, vão abrir as portas para a retomada da luta pela conquista da terra no Rio de Janeiro e, para isso, fez-se necessário todo esforço possível para acender, nesses sujeitos, o sonho e a esperança que tinham sido abafados com o tempo. Com isso, foi possível trazê-los de volta à luta, pois esses já traziam, no sangue e na memória, a luta pela defesa de um projeto de Reforma Agrária que havia sido aniquilado em 1964.

Ainda junto com esses homens e mulheres, trouxeram também as memórias das lutas anteriores, para que, ao beber nessa fonte, pudesse reatualizar, no presente, aquilo que havia dado certo. Nesse caso, revisitar o passado tem um sentido profético, pois há uma escuta das vozes que ecoavam do passado e que se fizeram ser ouvidas através das lutas e das conquistas que obtiveram. Dessa forma, a ocupação de Campo Alegre mobilizou a sociedade civil organizada do campo e da cidade, mobilizou as igrejas e os terreiros; enfim, todos os defensores da vida oraram contagiados por esse projeto.

A Diocese de Nova Iguaçu, que tinha como pastor articulador Dom Adriano Hypólito, teve um papel importante neste processo: dom Adriano vinha de uma experiência marcada pelo martírio da Ditadura como resposta ao seu compromisso profético pela defesa da vida. Movido pela fé libertadora, ele convocava todos e todas em regime de urgência para se colocarem a caminho da construção do Reino de justiça e solidariedade. Assim, todas as instâncias que se instituíam na diocese foram chamadas a estar em sintonia com a luta do povo. A sua presença profética contribuiu para o fortalecimento da luta pela conquista da Terra na Baixada Fluminense e ainda hoje ele é lembrado como o “Profeta da Baixada”.



Ilustr. N° 7: Dom Adriano Hypolito.

Fonte: Arquivo Diocesano

O Bispo Dom Adriano Hypólito deu grandes contribuições não só à Diocese de Nova Iguaçu onde atuou por 28 anos (1966 -1996): ele foi um dos maiores articuladores dos Bispos que tinha se colocado a favor da luta do povo.⁴

Dom Adriano foi nomeado Bispo da diocese de Nova Iguaçu no ano de 1966, em meio ao processo da ditadura civil militar, tempo este em que a Baixada Fluminense passava por momento altamente violento por conta das repressões oriundas da ditadura. No ano de 1976, ele foi sequestrado, torturado e jogado no asfalto sob a legação de que tinha uma prática comunista.

Imbuída desta mesma ideia de trazer a memória de Dom Adriano, é que evidencio a importância da memória de Padre Geraldo João Lima, conhecido como o “profeta das Romarias”.

Padre Geraldo João Lima – Profeta das Romarias da Terra e das Águas. Nasceu em 16/10/1937, em Bom Jardim /RJ; foi ordenado em 20/06/1964 em Petrópolis /RJ e veio a falecer em 07/07/2018.



Ilustr N° 8: Padre Geraldo.

Fonte: Google imagem- 2020

Ele trazia na veia a marca profética da libertação e por isso estava no meio do povo para que juntos pudessem redescobrir os caminhos para liberdade. Era o que dava sentido à vida. Segundo MBS, agricultora de Marapicú⁵:

Este padre sempre esteve envolvido com a luta e organização dos trabalhadores sem terra. Durante suas falas, fazia várias críticas ao modelo de concentração fundiária, provocando nos sujeitos das ocupações uma reflexão de que, para permanecer na terra conquistada, era necessário estar organizado coletivamente unindo fé, ecumenismo e muita organização, fortalecendo principalmente o acampamento enquanto sujeito coletivo.

Padre JP, da mesma diocese de Nova Iguaçu, destacou⁶:

⁴ Esses bispos (Leste Zero) estavam sediados nas seguintes dioceses: Dom Waldir Calheiros - Volta Redonda; Dom Elias James Manningem - Valença, Dom Vital João Geraldo Wilderink – Itaguaí; Dom Mauro Morelli – Duque de Caxias e Dom Adriano Hipólito – Nova Iguaçu. A aproximação dessas dioceses ampliou a ação da Igreja junto ao povo da Terra.

⁵ Depoimento dado à pesquisadora em setembro de 2019.

Este testemunho, de graça profética em sua vida, proveniente do Senhor, em meio à fragilidade humana, faz do Pe Geraldo Lima um exemplo de “Mestre e de Profeta”, ao mesmo tempo um Dom Quixote do séc. XXI, em nosso meio. Ele nos ensina, pelo seu testemunho humilde, teimoso e vigoroso a urgência do sonhar e do rumar resolutamente em busca dos sonhos de Vida Nova.

ABC, agricultora do Assentamento Terra Prometida disse⁷:

Falar da importância dele para as áreas de assentamento, tendo sido homenageado ainda em vida pelo turma do curso Residência Agrária em Agroecologia feito pela Universidade Rural em parceria com os movimentos sociais do campo, para nós foi muito gratificante ter ele como figura de referência para os estudantes de agroecologia pelo seu esforço e dedicação. Esta turma de especialização fez uma mística para a escolha do nome da turma que passou a ser Padre Geraldo.

Pastor ED assim declarou⁸:

Pai, eu me abandono a Ti! Padre Geraldo Lima foi meu pastor. Um pastor de um pastor quando eu não tinha mais forças para tocar o meu ministério, dizendo que esta semente tem que vingar. Ele criava pontes onde só havia muros institucionais que impediam o diálogo. Ele derrubava cercas e semeava sonhos, concomitantemente, porque acreditava que quando sua gente sonhasse junto teria, enfim, as condições de viver a espiritualidade que constrói amizade, igreja, país. Por isso está no lugar luminoso, se abandonou nos braços do Pai Eterno.

Esses depoimentos estão unidos pelas referências (CEBs), pela prática profética dessas experiências que tem marcado a vida e as histórias desses e dessas que estão mergulhados na luta pela vida, pela terra e por dignidade da pessoa humana.

Ao olhar para esse profeta da vida que sempre esteve a serviço dos mais pobres, seria possível visualizar de fato o que foi a prática das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Dentro desse contexto de Igreja, foi a que melhor se fez presente nas experiências da vida desses sujeitos.

O Bispo Dom Adriano Hypólito, apesar de ter falecido, continua sendo lembrado e reverenciado pelas suas grandes obras na defesa dos direitos do povo da Baixada e por ele ter sido um dos maiores atores sociais no período que corresponde ao final da década de 1960 a 1980. Dom Adriano foi nomeado Bispo desta Diocese no ano de 1966, um período em que realmente a Baixada Fluminense passava por momentos altamente violentos por conta das repressões do regime militar. A Diocese de Nova Iguaçu teve seu marco na história do povo de Nova Iguaçu, pois ela ousou ser parceira dos pobres e assim assumiu a tarefa de estar no meio do povo, construindo com ele uma outra Baixada Fluminense.

Ao narrar a história de Campo Alegre, percebo o quanto estou envolvida nesse processo e por isso, ao reviver essas memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense, renasce em mim uma força estranha que parecia estar neutralizada.

Neste ano de 2020, a ocupação de Campo Alegre celebrou 36 anos de existência e apesar de até hoje não ter tido sua regularização fundiária, ela resiste ao tempo juntando o que

⁶ Depoimento dado à pesquisadora em setembro de 2019.

⁷ Depoimento dado à pesquisadora em setembro de 2019.

⁸ Depoimento dado à pesquisadora em outubro de 2019.

restou e se coloca de pé se afirmando como uma guerreira que entende que a guerra ainda não acabou.

Quando entro no túnel do tempo e me encontro com aqueles e aquelas que foram os grandes referenciais dessa luta para que Campo Alegre se tornasse de fato o grande ensaio de uma Reforma Agrária que desse conta de atender às exigências dos trabalhadores e percebo que isso não aconteceu, consigo no entanto identificar nesse processo uma experiência entre pessoas que, na insistência, estão fazendo acontecer um pequeno ensaio de partilha dos saberes, de produção agroecológica que vai se materializando nas festas, nas rodas de conversas, nas assembleias que até hoje acontecem aos primeiros sábados de cada mês. Ainda que cenário de violência esteja lá instalado – como, de resto, em quase todos os lugares do estado do Rio de Janeiro.

2 CAPÍTULO 2

AS ESCOLAS IRMÃS

Este capítulo se propõe a trazer duas escolas comunitárias marcadas pela experiência de um projeto de **Educação Popular** que aconteceu no assentamento de Campo Alegre de 1984 a 1986. Não é nada fácil falar de Educação, pois nos remete quase que, automaticamente, à educação escolar e isso é como se criasse um grande muro em torno dela mesma, quebrando toda a força histórica que a educação tem na vida de cada sujeito e como ela incide nos processos das organizações sociais.

Fazer a (re)leitura dessas experiências com os pés no presente possibilita confrontar o ontem com o hoje e perceber que, na coluna vertebral da educação deste país, prevalece a ideia da existência de dois modelos de escola: uma para os ricos e outra para os pobres. A primeira fica com a tarefa de formar os futuros gestores da nação e a segunda com a tarefa de formar mão de obra barata para servir a estes gestores. É impressionante como se passam os anos e, ainda que haja mudanças na educação. Não é possível encurtar a distância deixada na história, no processo de garantir, em condições dignas, o acesso e a permanência das classes populares na escola e com a apropriação de conteúdos que sinalizem a formação de sujeitos que sejam capazes de romper com a relação de dependência/subordinação pedinte e fazer a transição para outra condição: como sujeitos emancipados que possam exigir de pé os seus direitos. Conforme nos ensinou Freire (1987, p. 29):

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua ‘conivência’ com o regime opressor. E esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis.

O diálogo crítico libertador, por isso mesmo que supõe a ação, tem de ser feito com os oprimidos, qualquer que seja o grau em que esteja a luta por sua libertação. Não como um diálogo às escâncaras, que provoca a fúria e a repressão maior do opressor.

O que pode e deve variar, em função das condições históricas, em função do nível de percepção da realidade que tenham os oprimidos é o conteúdo do diálogo. Substituí-lo pelo anti-diálogo, pela sloganização, pela verticalidade, pelos comunicados é pretender a libertação dos oprimidos com instrumentos da ‘domesticação’. Pretender a libertação deles sem a sua reflexão no ato desta libertação é transformá-los em objeto que se devesse salvar de um incêndio. É fazê-los cair no engodo populista e transformá-los em massa de manobra.

Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica.

Neste contexto, é necessário fazer uma visita ao projeto de formação técnica através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), onde fica evidenciada uma linha de formação que não contempla a produção de conhecimento teórico dialogando com a realidade desses sujeitos e sim o investimento em uma produção de conhecimento técnico que visa a profissionalização que responda às exigências do mercado.

Neste contexto, cabe dizer que a realidade da educação brasileira – tal como sempre ocorreu ao longo da sua história marcada pela Colonialidade – não se coloca como um referencial importante para os trabalhadores; acaba e constituindo como uma política fragmentada que chega às periferias urbanas e às áreas rurais desconectadas da realidade e da comunidade. Por não despertar interesse da localidade, essa escola vazia de conteúdo também se esvazia de gente, a não quantidade necessária de alunos para garantir o seu funcionamento. Essa escola entra na fileira das escolas condenadas ao fechamento. Um país que fecha escola se contradiz no seu discurso de que a educação é para todos, pois se olharmos bem geograficamente poderemos identificar quais escolas estão sendo fechadas. Vamos perceber que elas se encontram nas periferias urbanas e no campo. Olhando mais um pouquinho, vamos também observar que o público alvo dessas escolas são os pobres. E são esses quem vão engrossar mais tarde a fileira da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

É neste contexto que a insistência, a resistência, a rebeldia e a desobediência civil afirmam um terceiro modelo de educação que se contrapõem aos dois primeiros: a Educação Popular. Por isso que narrar esta experiência de educação comunitária nas áreas de assentamento de Reforma Agrária nos ajuda a compreender as outras experiências já vivenciadas neste país, as experiências de educação contextualizada e libertadora que se aproximam da realidade de cada sujeito. É importante sinalizar que, no Brasil, a Educação Popular teve uma importância ímpar na reelaboração de outro modelo de educação permeado pela participação efetiva do povo e articulada com os movimentos sociais e as comunidades de base (FÁVERO, 1983).

A Educação Popular é um tipo de educação que não se prende a um espaço físico: ela acontece em todos os lugares onde o povo está e se institui com base as experiências de vida do povo, pois na medida em que o povo se vê e se sente parte do processo as mudanças acontecem. Segundo Girardi (*in* MOVIMENTO FÉ & POLÍTICA, 1994, p.14):

A educação popular libertadora, educação do povo pelo povo, é o processo que tem como alvo gestar o povo como sujeito solidário, sujeito da educação e da cultura, mas também da política e da economia. “Povo” significa aqui para nós o conjunto dos setores oprimidos de cada país e de todo o mundo. O povo assim entendido se torna sujeito solidário, na medida em que toma consciência de sua condição de opressão, de seus direitos conculcados (sic), da comunidade de situação e de aspirações entre todos os oprimidos do país, da interconexão entre opressão dos povos e da natureza.

Nesta fala, o autor reafirma em sua concepção o que é “povo” e de que forma com ele se gesta uma educação que é provocadora, questionadora e libertadora: aquele modelo de educação que, já nos primórdios do Brasil, era vivenciado pelos índios e pelos negros. Quando vemos hoje as Folias de Reis, a capoeira, a roda de samba, dentre outras manifestações populares, é possível identificar nelas um tipo de educação popular que passou de geração em geração através da oralidade. Ao mesmo tempo, podemos perceber o quanto tem de educação popular nas organizações sociais tipo Associações de moradores, ciclo de culturas, oficina da escrita, rodas de conversas, as práticas das benzedeiras dentre outros. (BRANDÃO, 1987) É aí que floresce a diversidade de saberes que dialogam entre si, nos refazendo por inteiro e reafirmando que a educação só é possível através da via de mão dupla, na coletividade pois, na realidade, ela não se faz sozinha, assim como se alimenta da especificidade da Alteridade – o Outro e uma Pedagogia Outra (ARROYO, 2014).

Enfim, a educação popular se desenvolve a partir do cotidiano, das lutas, da criatividade e da persistência e, dessa forma, ela se contrapõe ao projeto educacional dominante em que educar é sinônimo de adestrar. Esse “adestramento” vai garantir que não

haja reação frente ao processo de dominação: é como houvesse uma venda nos olhos, no cérebro e no coração. Neste contexto, Paulo Freire nos abre os olhos e os ouvidos quando se coloca não só como um dos maiores teóricos da educação popular no Brasil e no mundo, como também, na mesma proporção, podemos dizer que toda a sua teoria foi forjada nas práticas cotidianas de um povo exilado da civilidade e expropriado de sua capacidade de pensar e de produzir conhecimento. Trata-se de compreender Freire como expressão dos analfabetos, dos mocambos e das Ligas Camponesas. No Brasil, produzir conhecimento sempre foi considerado privilégio de poucos, pois se reduz a um pequeno grupo da elite, aos “outros” (os populares) cabendo apenas a produção dos serviços. Tais serviços, para além de consumir a sua força física, terão também que cumprir a função de aniquilar a memória e de produzir o seu silenciamento.

Na contramão do que pensa a elite brasileira, a história tem mostrado que o seu poder destrutivo não foi capaz de exterminar por completo a memória desse povo, pois desde que violentamente invadiram este país e escravizaram os que aqui se encontravam, já demonstraram a incapacidade intelectual dessa elite em lidar com o que aqui encontrou. Os homens e as mulheres aqui encontrados não eram tal como foram denominados “selvagens” mas sim um povo organizado que trazia, de forma muito central, a memória dos seus antecessores e assim mantinha vivo, através do seu modo de vida, aquilo que aprenderam com os seus ancestrais. Aí chegam os ditos “sábios” (os colonizadores) e reduzem todo esse acúmulo de experiência a pó. Narrei tudo isso para dizer que são esses membros da elite quem determinaram no Brasil o modelo de educação – simultaneamente deslegitimando os saberes “outros”, considerados “aculturados”, “incivilizados” e mesmo “não-humanos”.

Como foi dito no início desse texto, não é nada fácil falar de educação. Imagine se arriscar em se propor a experimentar uma proposta de educação que não se enquadra nos parâmetros impostos por este modelo excludente de educação?

Neste sentido, neste primeiro momento, vou trazer uma breve descrição da primeira escola que antecedeu àquela hoje conhecida como Escola Municipalizada Campo Alegre. Estou falando de uma “escola” que ousou ser comunitária em meio a um contexto político em que o estado do Rio de Janeiro exalava o cheiro de um projeto de educação visto e reconhecido como o modelo exemplar para os filhos e filhas dos trabalhadores, materializado na proposta política do governo de Leonel de Moura Brizola.

Naquela ocasião, éramos três mulheres educadoras⁹ recém-formadas no curso de formação de professores – eu, Sonia Martins, Luiza Batalha e Edinete Mendonça. Filhas de operários, moradoras da Baixada, oriunda das CEBs, dos movimentos sociais e partido político; filhas de agricultoras e agricultores que tiveram sua origem no Estado de Minas Gerais. Essas famílias vieram para o Rio de Janeiro no final da década de 1940 para tentar aqui uma vida melhor. Todos os pais dessas mulheres faleceram sem sequer ter tido o direito de retornar a sua terra de origem. É importante salientar que essas famílias engrossaram as grandes fileiras de homens e mulheres que, por consequência do processo de industrialização, tiveram seu campo de possibilidades esvaziado em função da luta diária pela sobrevivência, sendo forçados a sair em busca de novos ares. Naquele tempo, os ares sinalizados eram Rio de Janeiro e São Paulo.

A escola a que faço referência teve seu nascimento no ventre da ocupação de Campo Alegre pois, em janeiro de 1984, aconteceu no município de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, uma das maiores ocupações de terra do estado do Rio de Janeiro. Nela, foi coletivamente pensado o desafio de se ter, naquele território, uma proposta de educação que atendesse às demandas das crianças das classes populares que ali se encontravam.

⁹ Voluntárias (Sonia Martins, Luiza Batalha e Edinete Mendonça) que contribuíram para o processo de formação de uma Educação Popular com a vertente da Educação do Campo.

A ocupação, como aconteceu em janeiro, trouxe um número enorme de crianças e adolescentes que automaticamente romperam os laços com as escolas em que estavam anteriormente inseridas. As lideranças, neste primeiro ciclo da ocupação que se deu no acampamento, tinham muitos afazeres que são: cuidar da organização interna, planejar o dia a dia e criar estratégias de enfrentamentos aos grileiros da região e pressionar para que ocorresse a desapropriação da terra. Isso sem falar que, no acampamento, a diversidade de pessoas era muito grande.

Por deliberação da assembleia, se iniciou o processo de nascimento dessa escola que, num primeiro momento, tinha a pretensão de ser um “reforço escolar”. O espaço físico disponível era debaixo da árvore, onde também aconteciam as assembleias, pois dividíamos esse mesmo espaço. Na nossa concepção de professoras, assim reconhecidas pelos acampados, começamos a ouvir os pais e, de forma especial, as mães. Abro um parênteses para dizer que, nesta ocupação, as mulheres cumpriam a tarefa do cuidado de espaços coletivos como cozinha, local da assembleia e o próprio galpão, ou seja, os espaços que não tinham um caráter deliberativo. Assim sendo, trazê-las para conversar era bem mais fácil do que seus companheiros. Por isso, a marca feminina no processo de construção pedagógica se deu de forma bem acentuada.



Ilustr N° 9 – Mulheres e crianças – Campo Alegre década de 1980

A dinâmica inicial foi ouvi-las e, neste processo, fomos descobrindo as histórias, muitas histórias! Desse jeito, fomos descobrindo de onde vieram, como fizeram para chegar, se os filhos estavam na escola, a idade, a série, os hábitos diários... Enfim, com isso, descobrimos que, em sua maioria, eram nordestinos e mineiros; estavam desempregados, sem condições de pagar aluguel; filhos e filhas de famílias de agricultores e agricultoras que também vieram para o Rio de Janeiro em busca de novos ares, ou seja, já chegaram aqui apropriados.

Após ouvir os pais, aproveitávamos os momentos em que não estávamos envolvidas com as articulações do acampamento para nos reunirmos com crianças e adolescentes... Também para escutá-los e então foi identificado o seguinte: para os pais estarem ali, não era em sua maioria o que tinham sonhado... Foi a saída necessária para garantir a vida. Já para os adolescentes estar ali era um castigo, pois vinham de lugares periféricos sem as mínimas condições de vida; mas era lá que estavam os amigos, a igreja, a escola e toda uma vida.

Foi neste cenário que iniciamos o processo da escola: dividimos os alunos por faixa etária, também considerando os conteúdos que eles traziam na bagagem. Havia alunos do

primeiro ao quinto ano e todos oriundos de escolas públicas. A condição não era muito favorável, pois o espaço um pouco apertado; não comportava o número de alunos que eram aproximadamente cerca de 40 alunos.

A metodologia, naquele momento, era explorar ao máximo o conhecimento que eles traziam; conhecer o território; conhecer melhor seus colegas e trazê-los para a dinâmica da ocupação. Naquele momento, foi feito com eles um levantamento das palavras mais ouvidas e o que elas significavam. O objetivo, na realidade, era sinalizar as palavras geradoras que se tornassem referências na elaboração dos conteúdos pedagógicos.

As palavras mapeadas naquela ocasião foram: **ocupação, acampamento, grileiro, cerca, plantação, coletivo, mutirão, canteiro, trator, roçadeira, enxada, semente, produção, companheiro, movimento, etc....** Esse processo foi muito importante: através disso, junto com as mães, foi sendo tecido o Projeto Político Pedagógico. A realidade da escola era muito precária, sem carteira, sem caderno, sem lápis, sem paredes... A única coisa que não faltava era a vontade de fazer acontecer essa proposta.

As crianças escreviam no chão com carvão. Até para nós, educadoras, tudo era muito novo; o aprendizado acontecia por via de mão dupla. No fundo, tenho a sensação de que mais aprendemos do que ensinamos. O currículo era literalmente construído no “chão da escola”. Em torno dessa árvore, tinha o acampamento e pessoas circulando todo o tempo. As aulas eram muito abertas e, em algumas vezes, um e outro acampado chegava e falava alguma coisa que pudesse interagir com este momento. Escola e acampamento se entrelaçavam. Junto com esse processo, estávamos envolvidas com as demais formas de mobilização e articulação do acampamento. Todo o primeiro sábado de cada mês acontecia a assembleia ordinária, podendo acontecer assembleia a qualquer momento se houvesse necessidade. Na pauta da assembleia, sempre tinha a educação e aí nós socializávamos os acontecimentos da semana e a assembleia fazia suas observações.

Era uma correria: tudo acontecia ao mesmo tempo, pois tempo de acampamento é dessa forma: é outro tempo. Ele difere do momento anterior que é o da preparação da ocupação. É o momento de trazer para a prática tudo que foi dito e ouvido no momento anterior – que foi de organização da ocupação. A nossa estadia no acampamento era garantida com uma contribuição para as nossas passagens de ônibus. Ou seja, nós, educadoras, trabalhávamos voluntariamente por acreditar na luta e na força desse povo.

O segundo momento dessa escola se deu no ano seguinte, 1985. Naquele ano, aconteceu em Campo Alegre o assassinato de Limberg, já narrado aqui em outro capítulo. Era impossível na escola não falar disso, foi muito difícil. Por tentar desvendar quem foi o mentor dessa tamanha crueldade, passamos a correr risco de vida e nos proibiram de tocar neste assunto dentro ou fora do acampamento Campo Alegre. Até hoje esse assassinato não foi desvendado e quem o fez não foi punido.

Este fato trouxe sérias implicações para a dinâmica do assentamento: pela primeira vez, estávamos experimentando a dor da perda de alguém muito próximo e isso trazia à tona a chamada “violência no Campo”. Por causa disso, foi repensado todo o processo de segurança interna e foram reforçados os códigos de comunicação interna. Esta situação era bastante nova, nunca tínhamos vivenciado este tipo de experiência pois, até então, tínhamos só ouvido falar. É importante dizer que o assassinato desse companheiro levantou uma séria reflexão sobre o que é a violência no campo brasileiro e que, possivelmente, este não era um fato isolado. Para além deste fato ter mexido com toda a estrutura do assentamento, tivemos que continuar vivendo, pois é vida que segue.

No decorrer dos dias, esse assunto foi sendo deixado para trás: o assentamento abafou tudo isso e passou a tocar a vida. As atenções se voltaram para o tempo da colheita dos primeiros frutos: houve todo um envolvimento neste processo, as crianças ficaram muito animadas pois plantar e colher não era algo com o que estavam acostumadas. O bom foi que

essa experiência animou as aulas: foi possível trabalhar português, história, geografia e matemática. Com isso, começamos a pensar na produção de um material pedagógico.

O acúmulo desses saberes compartilhados e experimentados nas aulas resultou na elaboração de uma cartilha que trazia a história do acampamento, as palavras geradoras, os desenhos das barracas, a cozinha coletiva e os nomes das pessoas que normalmente estavam falando ou fazendo algo. Dessa forma, colocávamos em evidência as mulheres que ficavam, muitas vezes, fora do processo de decisão. Ainda naquele momento conseguimos trazer novamente uma fala sobre a importância do Limberg e por isso foi proposto que a escola recebesse o seu nome. Em assembleia, o nome da escola foi escolhido: Escola Comunitária Limberg.

Sob a alegação de criar uma estrutura melhor de organização do Acampamento, a assembleia deliberou pela divisão dos regionais, ficando assim: Acampamento, Matogrosso, Terra Nova, Capoeirão, Marapicu, Fazendinha e Chapadão. Com isso, foi criada a UAMCA. Essa associação passa a ser o órgão de referência política e mobilizador do assentamento; cada regional cria sua própria associação e dialoga em via de mão dupla com a UAMCA. Isso impactou na dinâmica da escola porque as regionais não eram tão próximas e as crianças passaram a ter que se deslocar para chegar até a escola. Algumas desistiram, mas a maioria ficou porque não tinha outra alternativa; ir para o centro de Queimados ou Nova Iguaçu só andando, não tinha ônibus. Com a divisão das regionais, se iniciou um novo momento na dinâmica da escola de forma que algumas tarefas eram deliberadas em assembleia. Numa das reuniões, ficou acertado que Marli Verly e Elzi¹⁰, duas acampadas, iriam contribuir na cozinha com a confecção da alimentação para as crianças. Além delas, muitas outras contribuía conosco. Naquela nova etapa, criamos a dinâmica de encontrar com as mães de forma mais periódica. Por estarmos em um espaço coberto e por conta distância a ser percorrida pelas crianças por causa da divisão das regionais, propusemos à assembleia que fossem divididas as turmas em dois turnos, manhã e tarde. Isso facilitou a vida das professoras e melhorou o nosso desenvolvimento na sala de aula.

A assembleia decidiu a favor da proposta e assim iniciamos este processo: a escola passou a funcionar dessa forma. Conseguimos também, através de campanhas, cadernos e lápis. Isso não significou que as aulas eram reduzidas às quatro paredes, pelo contrário: tínhamos mais aula fora do que dentro da sala. Isso porque já tinha sido incorporada nos educandos a importância de explorar o território ocupado – o chamado “Estudo da Realidade” (FREIRE).

Neste entrelace entre as experiências, a contribuição de cada trabalhador era muito bem vida. Neste sentido, foi interessante que as merendeiras, na feitura dos alimentos, tenham envolvido as crianças: elas, ao mesmo tempo, traziam as informações do processo produtivo. Era dessa forma que a escola era gestada: com a participação efetiva e intensa de todos que se encontravam naquele território. Era Paulo Freire “na veia”.

Ainda naquele ano de 1985, o acampamento recebeu a presença do governador Leonel de Moura Brizola. A sua chegada encantou a todos: pela primeira vez, alguém do Poder Público tão importante chegou ao acampamento com a proposta de investimento na organização política, no processo produtivo e na comercialização. Iniciou-se assim o processo de articulação do governador junto às organizações internas ali estabelecidas. Naquele momento, já era possível identificar um outro projeto político para o acampamento sem a participação dos beneficiados.

Foi um contexto em que a presença do Estado, através dos seus projetos, foi criando falsa uma sensação de tranquilidade pois, em sua fala, a proposta de regularização fundiária

¹⁰ Duas merendeiras (Marli Verly e Elzi) que se colocaram de forma voluntária para contribuir com o processo da educação popular com a vertente da Educação do Campo no assentamento.

vinha em primeiro lugar. Isso para os acampados caía como luva, pois vinha ao encontro daquilo que, para eles, era de extrema importância.

No decorrer do ano, algumas coisas foram se materializando na prática: o início da construção da Agrovila, a chegada dos tratores de pequeno porte para cada regional. Isso tudo deixou todos muito animados. Porém, ia ficando para um segundo plano o projeto de Regularização Fundiária.

Toda essa movimentação também incidiu na prática cotidiana da escola, porque as crianças traziam para a sala de aulas as inquietações vivenciadas em casa. Os trabalhadores, percebendo que a realidade da escola não respondia às exigências dos alunos por ser muito pequena, levaram para a assembleia a proposta de solicitar ao governador a construção de uma escola.

A proposta de se construir uma escola foi mantida e por isso iniciaram-se, junto ao governador, as negociações para essa construção, não tão rápido como se previa. Mas as negociações resultaram na construção em parceria com os trabalhadores: o Estado entraria com o material e os trabalhadores com a mão de obra.

No ano seguinte (1986), nos demos conta de que muitas das reivindicações apresentadas não haviam sido atendidas e que as demais ocupações da Baixada viviam o mesmo dilema. A UAMCA, juntamente com as organizações sociais – CPT, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Igrejas dentre outros – conseguiram reunir todas as áreas ocupadas e, juntos, elaboraram um documento que trouxe a questão da educação e da saúde como prioridades. No que dizia respeito à educação, a proposta era garantir que os profissionais da educação que já estavam atuando fossem reconhecidos e mantidos na escola.

A nossa ocupação no Palácio da Guanabara para este fim expressou a força da organização e da resistência do povo. Naquele dia, o governador nos recebeu e disse que tudo que estava naquele documento seria executado. Acreditamos que de fato aconteceria; só que, infelizmente, o documento foi arquivado.

Essa movimentação não conseguiu fazer com que o governador colocasse em prática as reivindicações das áreas ocupadas na Baixada Fluminense. Ela resultou na criação da Secretaria Extraordinária de Assuntos fundiários (SEAF), tendo como secretário o senhor Paulo Smith.

Essa secretaria se tornou um referencial político para responder às demandas das áreas de assentamento da Baixada Fluminense em todos os níveis, como: educação, produção, regularização fundiária, comercialização, saúde, etc....

Com a criação da SEAF, a escola passou por um processo de avaliação das professoras e dos conteúdos pedagógicos. Este é foi terceiro momento da escola: já não éramos três mulheres e sim oito. Naquele novo ciclo, a escola funcionava em dois turnos: eram quatro turmas de manhã e quatro turmas à tarde. As professoras se revessavam na coordenação pedagógica e administrativa da escola. Continuamos a participar das assembleias nos primeiros sábados e mantínhamos a prática de socializar nesse espaço as demandas da escola.

Por iniciativa da comunidade, foi criado um tipo de Conselho em que as questões pertinentes à escola eram discutidas, amadurecidas e deliberadas numa instância chamada de Conselho Escola comunidade e isso ajudou muito no fortalecimento da escola. Naquele ano, Edinete sai dessa escola e vai para a escola na Fazendinha, pois estava precisando de professor para iniciar a experiência de escola comunitária lá.

Recebemos várias visitas da SEAF; também, por muitas vezes, fomos convocados a ir ao Rio de Janeiro encontrar com essa equipe de referência da educação dessas áreas ocupadas. Ao se apropriarem dos conteúdos pedagógicos, foi feita uma proposta, por parte da SEAF, de incorporar/enquadrar o trabalho pedagógico da escola no projeto de educação dos CIEPs. Na avaliação dessa proposta pelo Conselho Escola Comunidade, encaminhamos que não seria possível aceitar tal proposta pois, ao nos debruçarmos sobre ela, identificamos que não havia

muita mudança de conteúdo. O que nos pareceu era o fato de ser escola em horário integral em que seriam oferecidas três refeições. Vendo isso, reafirmamos a ideia que já tínhamos de que tal proposta estava longe de responder às demandas dos alunos e que muito menos responderia às demandas das crianças das áreas de ocupação para fins de Reforma agrária.

O fato de não ter sido aceita a proposta de anexar o conteúdo pedagógico da Escola Comunitária Limberg no projeto dos CIEPs acirrou os conflitos entre a escola e a SEAF, chegando esta situação, no final de 1986, ao seu limite. Forçadamente, nós, professoras voluntárias, fomos retiradas da escola.

Em 1987, foi emitido um decreto de inauguração da escola e, em 1993, a escola oficialmente foi municipalizada, como nos informa o documento a seguir.

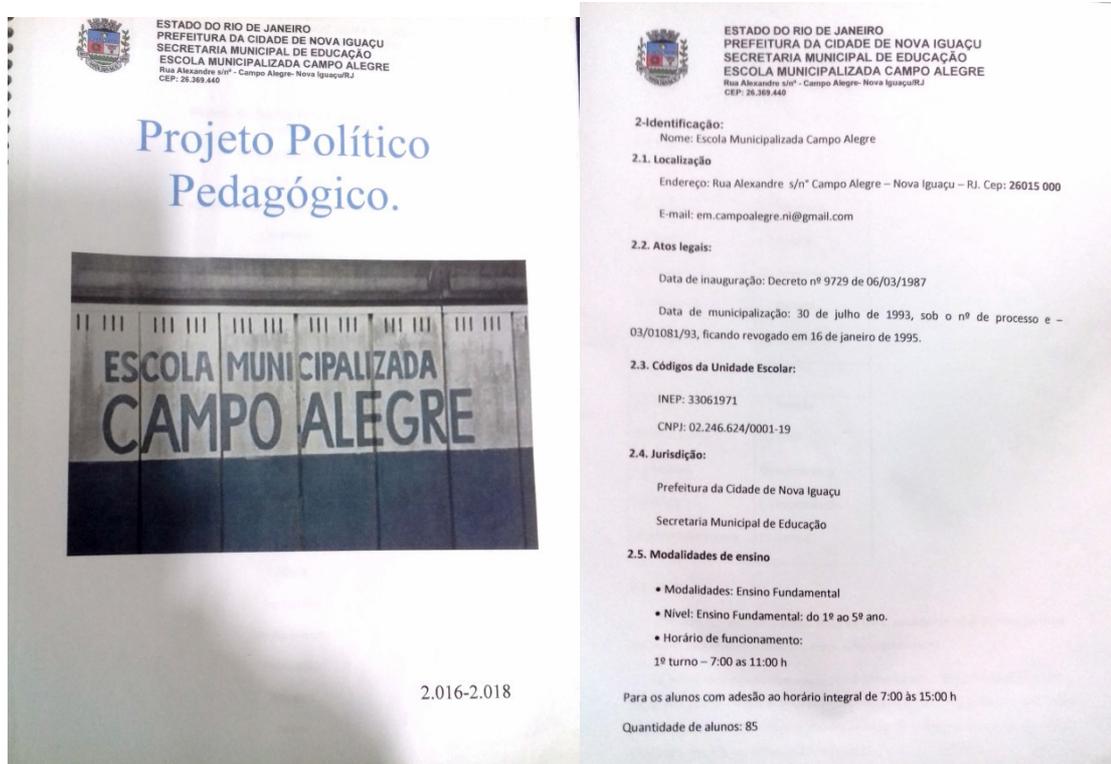


Ilustração Nº 10 – PPP da EM Campo Alegre 2016-2018

Fonte: Arquivo da escola Municipalizada Campo Alegre.

O nome da escola – **Escola Comunitária Limberg** havia sido escolhido – conforme já narramos aqui – de forma coletiva em memória ao companheiro que foi assassinado no assentamento. A primeira medida do Estado, contribuindo para a produção do esquecimento do episódio, ao adentrar a escola, foi mudar arbitrariamente o seu nome, substituindo-o para “Escola Municipalizada Campo Alegre”. Dessa forma, para além de ser uma medida arbitrária, foi também uma maneira de apagamento de memória e assim acelerou o esquecimento da importância histórica que Limberg teve e ainda tem na luta pela terra na Baixada Fluminense.

É importante evidenciar que o apagamento da memória está estreitamente ligado a um projeto que visa a não dignidade humana, que reforça as ações do latifúndio contra os trabalhadores e nega toda e qualquer ação que se coloque como uma ferramenta emancipatória dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Escola Municipal José Anastácio Rodrigues

A Escola Comunitária José Anastácio Rodrigues se situava no assentamento de Campo Alegre, regional Fazendinha que fica atualmente no Município de Queimados. É uma escola que foi criada pelas mãos dos trabalhadores em meados de 1985. A professora Edinete Mendonça que antes atuava na escola Comunitária Limberg foi convidada a contribuir com o processo de criação dessa nova escola.

Com o advento da emancipação do Município de Queimados em 25/11/1990, pelo fato dessa escola geograficamente ficar neste novo município, iniciou-se o seu processo de institucionalização que vai culminar com a lei elaborada pelo Poder Legislativo sancionada pelo Prefeito Dr. Jorge Cesar Pereira da Cunha – **LEI Nº 044/93, DE 05 DE JULHO DE 1993** que estabeleceu a criação dessa escola. Com isso, fica evidenciado o encerramento do primeiro ciclo pedagógico de uma escola com o perfil comunitário, lhe restando apenas o nome da escola que foi fruto de uma escolha coletiva. Esse processo fortaleceu, mais uma vez, o silenciamento e a negação da memória histórica desses sujeitos comprometidos com a luta pela terra

Em depoimento dado pela professora Edinete a esta pesquisadora sobre o início dessa escola, ela informou que:

As lideranças da ocupação sempre manifestaram preocupação em relação à educação das crianças do acampamento, pois as escolas municipais ficavam a longa distância e não tinha transporte. Ao dividir a área em regiões, viu-se a necessidade em construir duas escolas: uma no centro da ocupação e outra na área próximo ao Parque Industrial de Queimados, com o nome de Fazendinha. Em várias assembleias com os regionais, tira-se a proposta de encaminhar ao poder público a necessidade de construção das escolas e sua manutenção. Um dos assuntos polêmicos com o poder público foi a aprovação em assembleia do mutirão que os professores, por conhecerem e fazerem parte da ocupação, fossem contratados e o apoio também. Na Fazendinha, o espaço físico no início era uma casa com 3 cômodos: uma sala, uma cozinha, um banheiro. Não tinha água encanada (usava a do poço próximo) e nem sistema de esgoto.

A construção dessa escola foi marcada pela presença e pela participação da comunidade, porém as negociações com o Estado para a manutenção da escola não foram nada fáceis. A saída dos professores da escola Comunitária Limberg e o encerramento do ciclo de um projeto de educação construído pela comunidade obviamente impactou no processo da Escola Comunitária José Anastácio, pois essa escola ficou bastante fragilizada. Este processo se aprofundou com o distanciamento dessa regional do conjunto das demais regionais: dessa forma, ela foi perdendo força política e não deu conta de continuar a fazer os enfrentamentos necessários para pressionar o Estado/poder público municipal para garantir uma educação que respondesse às exigências da comunidade.

Naquele período, o projeto de educação popular no território parecia ter chegado ao fim. Revendo essa experiência, percebo que é pra ontem reler esta história e fazer uma avaliação desse processo para poder trazer para o presente aquilo que a história não deu conta de apagar – que são as memórias, mesmo que fragmentadas, mas ainda assim vivas nas lembranças daqueles e daquelas que participaram daquela experiência de escola comunitária.

O suposto “fracasso” dessas experiências das escolas nos leva a pensar que, caso houvesse tido, por parte do Estado, o investimento necessário, talvez não tivesse ocorrido este final que nos causa certa frustração. Por outro lado, o Estado, em seu projeto político, compreende a educação como uma ferramenta importante para amortecer nos sujeitos a

capacidade de produzir conhecimento e assim torna-os meros indivíduos que precisam ser tutorados sempre. Isso, de certa forma, coloca em cheque o discurso sobre a importância do Estado subsidiar as escolas com esta vertente emancipatória.

Segundo Francisca Rodrigues de Oliveira Pini:

Há a defesa, por parte do movimento pela escola pública, gratuita, laica e de qualidade, que a Educação Popular se transforme em uma educação também financiada e oferecida pelo poder do Estado, a serviço dos interesses e projetos das classes populares. “Isto é parte do projeto histórico de, um dia, toda a educação realizar-se, em uma sociedade plenamente democrática, como Educação Popular” (LUI apud, BRANDÃO, 2006, p. 54). É possível afirmar que Freire inicia a práxis da Educação Popular na década de 1960, quando os dados do analfabetismo destacavam acima dos indicadores para o país que se encontrava em pleno processo de desenvolvimento. A luta no campo da cultura popular foi decisiva para a formulação de pressupostos teóricos metodológicos que pudessem intervir na realidade social.

Essa citação dialoga com Freire por ele ser aquele que, com os pés na realidade, se coloca como um grande parteiro da vida, pois a sabedoria popular é a chave que faz da educação popular uma das maiores ferramentas emancipatórias do povo oprimido. Ao mesmo tempo, nos desperta para uma reflexão sobre o grande desafio que é manter um projeto emancipatório inteiramente sob o controle dos trabalhadores.

A memória é a grande chave que entrelaça as duas experiências pois, com o tempo, a distância política dilui no cotidiano a centralidade da luta e da unidade política que converge para a conquista da terra e, ao mesmo tempo, para a garantia de uma educação voltada para a realidade desses sujeitos. Neste sentido, revisitar a memória histórica dessas escolas é trazer junto um projeto que coletivamente foram construídos pelas mãos da escola e comunidade, e isso deu forma e rosto a uma educação popular que hoje pode ser chamada de Educação do Campo.

As escolas aqui narradas estão intimamente ligadas ao processo histórico da ocupação de Campo Alegre, são fruto de um tempo em que este país rompia com um velho tempo marcado pela Ditadura civil militar e adentrava em um novo tempo em que a esperança de fazer diferente era um marco central. A educação popular foi revitalizada na prática dos movimentos sociais pois, com a ditadura civil militar, ela foi silenciada e, só no chamado processo de redemocratização do Brasil, a Educação Popular foi retomada.

3 CAPÍTULO 3

A FORMAÇÃO DOS EDUCADORES E DAS EDUCADORAS DAS ESCOLAS DO CAMPO:

Este capítulo trará para sua centralidade uma reflexão acerca da formação continuada realizada nos últimos anos pela UFRRJ nas escolas do campo dos municípios de Nova Iguaçu e Queimados, se propondo a contribuir com um re-olhar o presente embebido pela experiência do passado, apontando para frente e sinalizando um outro tempo. Isso vai ser materializado através das experiências vivenciadas pelas educadoras e educadores do campo no processo de formação continuada: nele, há uma desconstrução daquele formato de educação corrosivo e ineficaz e, ao mesmo tempo, a tentativa de reelaboração de um outro projeto pedagógico em que os sujeitos educadores, ao se redescobrirem, também redescobrem os outros, como já apontou Arroyo (2014). Dessa forma, a comunidade passa ter outro cheiro, outras cores e assim a conexão entre escola e comunidade vai se entrelaçando.

Por fazer parte desse processo, vejo e compreendo que esta experiência da formação continuada vai dialogando com o meu percurso formativo (JOSSO, 2004). Fui gestada em um ventre em que a formação se deu com atores sociais bem distintos, o que me leva a pensar que as referências teóricas desses formadores primavam por uma verticalidade bem acentuada. Por isso, vi que muitos desistiram da caminhada por não se sentirem parte dessa construção: uma formação dura e fria, sem sequer uma dose de festa, ternura, poesia. A vida por si só, para os trabalhadores e trabalhadoras, já tem seu grau de dureza. É preciso que o aprendizado seja completo, incluindo arte, cultura, poesia e música, visando alcançar o sujeito na sua totalidade; do contrário, será uma formação incompleta, fragmentada que certamente deixará muitas lacunas.

Quando busco, neste capítulo, trazer para a centralidade os processos formativos das(os) educadoras(es) das escolas do campo – e em especial da EM Campo Alegre (Nova Iguaçu) e da EM José Anastácio Rodrigues (Queimados) – é por entender, num primeiro momento, que esses processos formativos precisam ser revisitados, avaliados e reavaliados para que possamos refazer o caminho se necessário for. Em segundo lugar, é porque não somos os mesmos de ontem: somos seres inacabados e cada dia é único, porém, com cheiro e memória de ontem. O amadurecimento humano vai acontecendo no movimento da vida. Em terceiro lugar, penso que tal reflexão vai contribuir com o diálogo que faço como meu passado: rever o meu percurso formativo faz com que me depare com as questões que me inquietaram e que estão na motivação desta pesquisa.

As escolas aqui em tela tiveram seu nascimento no ventre da luta pela terra, tendo com parceiras e parceiros os grandes guardiões dos saberes populares e, por isso, eram escolas comunitárias – sua existência dependia da capacidade de mobilização e de organização dos sujeitos organizados. Com a chegada do Estado, tornaram-se escolas institucionalizadas e foram abortados os projetos iniciais e a organização que as sustentavam. Dessa forma, os guardiões da proposta e da prática de educação popular foram retirados e isolados em um casulo, tendo que pedir licença para entrar. No entanto, o público alvo dessas escolas são os(as) alunos(as) que se mantem na comunidade e amparados por esses guardiões. E são eles(as) quem vão suscitar, na sala de aula, a memória histórica dessa escola e dessa comunidade em outros tempos. Assim, é por conta dessa demanda que o passado e o presente se (re)encontram através de outros atores sociais que não fizeram aquela experiência histórica anterior. Isso vai exigir que tanto os(as) professores(as) quanto os(as) alunos(as) revirem os escombros do passado para lá reencontrarem os elementos importantes que vão ajudar a

nossos pontos de vista, dos lugares de onde olhamos essas experiências. Naquele contexto, as aulas eram sempre iniciadas com Mística, marcada pelas experiências desses sujeitos: isso fazia com que este momento único de sala de aula cumprisse a função de formar e deixar ser experimentados pela própria formação. Era um formar coletivo que nos enchia de ternura; muitas vezes, não conseguíamos conter as lágrimas... era o ser humano em seu constante processo de formação/ressignificação. A própria prática da Mística vem das práticas dos movimentos sociais, tendo sido incorporada pela LEC como ferramenta pedagógica.



Ilustr N° 12 – Mística realizada na sede da Cooperativa no aniversário da ocupação de Campo Alegre (2018).

Fonte: Marília Campos 2018

A nossa presença enquanto sujeitos coletivos na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro teve um impacto na história uma instituição de ensino superior que possui mais de 100 anos. Sem dúvida alguma, essa Universidade não foi a mesma desde que por ela passamos: os “conteúdos” de aprendizagens das experiências sociais das lutas dos territórios da Reforma Agrária adentraram o espaço universitário, deixando diversas marcas em seu cotidiano e registradas nos Trabalhos Integrados apresentados ao final de cada semestre letivo (como sistematização das atividades do Tempo Comunidade) e nas 54 monografias apresentadas em setembro de 2013. Também nós não saímos como entramos e nem as nossas presenças nos nossos territórios foram as mesmas depois de nossa passagem pela Rural.

A educadora Roberta Lobo em seu discurso de encerramento (setembro de 2013) desse ciclo de formação da LEC chamou a nossa atenção para:

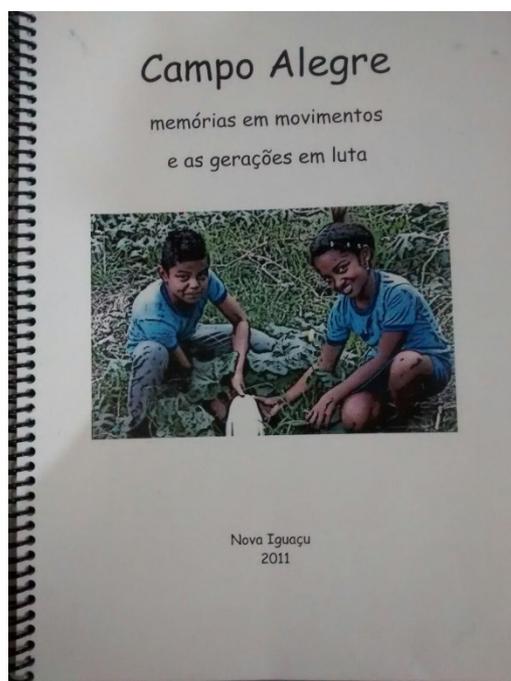
As inúmeras turmas do PRONERA cumpriram a função de alterar as bases legais, jurídicas da entrada nas Universidades Públicas. Desde sempre, o sujeito e a comunidade, a luta política e a organização dos trabalhadores, os movimentos sociais são o princípio, o fundamento de estarmos aqui hoje. Portanto, LEC é o sujeito coletivo, que luta e reconstrói a memória social das classes populares, projeta no sentir, no agir e no refletir a busca de uma forma de vida humana. E assim este sujeito se forma. (CAMPOS, 2014, p 11)

Quando a vida me permite este privilégio de revisitar esses processos agora como sujeito coletivo, identifico que ele foi o que subsidiou os conteúdos pensados coletivamente na formação das educadoras e educadores das nossas escolas do campo. Foi assim que

iniciamos, no ano de 2011, os encontros de formação continuada com as educadoras da escola Municipalizada Campo Alegre, sendo este um Projeto piloto, que resultou na produção coletiva do livro didático.

A produção do livro foi a culminância/sistematização coletiva da formação continuada que foi realizada naquele ano, junto com a atuação de cinco estudantes da LEC UFRRJ – dentre eles, eu – que atuaram como estagiários no espaço escolar. A partir do Estudo da Realidade (FREIRE) de Campo Alegre, trabalhamos duas vertentes: uma baseada na história e a outra na agroecologia. Essas duas vertentes também expressavam as duas habilitações da LEC: Ciências Humanas e Agroecologia/Segurança Alimentar. No âmbito da história, foram utilizados vários meios para pesquisar e juntar material sobre a história da ocupação de Campo Alegre: fotos e reportagens no Arquivo da Cúria Metropolitana; fotos com os moradores locais; depoimentos orais. Todos esses materiais eram usados nos encontros de formação. Foi montado também um grande álbum de papel pardo que circulava pelas salas de aula como base para diversas atividades. No âmbito da agroecologia também foram montadas atividades diversas: além da horta na escola, trabalho com as plantas medicinais, lixo, compostagem, agrotóxicos, a produção industrial dos alimentos, etc. Nos encontros, estas diversas atividades foram sistematizadas e organizadas para montar o livro. A proposta era de que o livro não fosse voltado para uma série específica: foi organizado por eixos temáticos de forma que cada professor, em sua série, pudesse adaptar as atividades às suas necessidades.

Os momentos de formação contaram não só com a participação de moradores locais como também de militantes dos movimentos sociais, contando com apoio da Coordenação das escolas do campo de Nova Iguaçu e do diretor Romário Machado.



Ilustr N° 13 – Livro didático construído em 2011 como sistematização de um ano de formação continuada na EM Campo Alegre a partir do trabalho das estagiárias da LEC, das professoras das escolas e dos moradores locais



Ilustr N° 14 – Lançamento do Livro didático construído em 2011 na EM Campo Alegre

A conjuntura que se desdobrou após o lançamento do livro foi marcada por muita luta e enfrentamento, pois a conjuntura educacional do Município de Nova Iguaçu através da Secretaria de Educação não contribuiu para que o livro pudesse não se reduzir na sua feitura e lançamento. A saída do diretor Romário foi seguida por uma nova direção que em nada contribuiu para o prosseguimento da formação ou para a utilização do livro. Segundo Marília Campos:

Com a saída do diretor Romário ao final de 2011 e após o lançamento do livro na escola para a comunidade local, iniciou-se um longo processo de desconstrução do trabalho. Ao longo dos anos seguintes, muitas iniciativas ocorreram para produzir um esquecimento do trabalho realizado e do livro. Porém, no ano de 2018, chegou à Escola Municipalizada de Campo Alegre a professora Vanessa de Oliveira Lima que vem realizando diversas ações pedagógicas em torno da memória da escola comunitária e do contexto da ocupação, inclusive voltando a utilizar o livro didático produzido em 2011.

Até a chegada da professora Vanessa, foram muitos anos de desconstrução do trabalho realizado durante 2011. O livro foi esquecido. A escola passou por três diretores. Durante diversos anos em sequência, a LEC UFRRJ– nesta ocasião não mais como Programa PRONERA, mas como curso regular – ofereceu cursos de formação continuada para as escolas do campo de Nova Iguaçu. E a EM Campo Alegre sempre se ausentou. Até a chegada da professora Vanessa.



Ilustr N° 15 – Painel montado pela professora Vanessa na Cooperativa de Campo Alegre por ocasião do aniversário do Assentamento em 2018.

Fonte: Marília Campos - 2018

A formação continuada tem um impacto no âmbito individual, pois parte de uma reflexão em que se questiona quem é este sujeito em formação? De onde vem? Permeado por uma Mandala que não tem começo nem fim e que traz para o seu centro elementos pertinentes as práticas de cada um e cada uma, bem como os acúmulos coletivos, num vai-e-vem entre afirmações e produção de esquecimentos.

Inspirando-se na experiência ocorrida em 2011 em Campo Alegre, a formação da LEC UFRRJ propôs que as demais 11 escolas do campo de Nova Iguaçu realizassem seus Estudos da Realidade e produzissem seus materiais didáticos próprios. O processo foi bastante fecundo já que uma das questões que se apresentam como mais difíceis é o próprio processo de cada escola do campo se ver como “do campo” – para além de ter uma horta no espaço escolar. Muitos debates interessantes ocorreram ao longo dos anos de formação sobre essa relação rural/urbano em Nova Iguaçu e nas escolas, bem como sobre a identidade desses(as) educadores(as) como “do campo” e sobre um currículo “diferenciado”. Nos últimos anos, porém, esses encontros de formação não têm ocorrido em função do esvaziamento dos espaços coletivos por parte da Secretaria Municipal de Educação. Em 2018 e 2019 ocorreram inclusive Seminários (anuais) para promover a troca entre as formações desses(as) educadores(as) das escolas do campo de Nova Iguaçu, Angra dos Reis e Queimados.



Ilustr N° 16 - Momento de Fala na abertura do Seminário das escolas do campo das redes de Angra dos Reis, Queimados e Nova Iguaçu – 26/10/2018; Angra dos Reis – UFF IEAR.

Queimados foi o último município a ser incluído nos cursos de formação continuada oferecidos pela LEC UFRRJ. O processo se iniciou em 2018 e, como sempre, o objetivo é levar as escolas a fazerem o Estudo de suas Realidades (FREIRE). Os cursos se organizaram a partir de quatro eixos: 1 – a normatividade da Educação do Campo (base legal); 2 – o currículo diferenciado da Educação do Campo e o Estudo da Realidade; 3 – Educação do Campo e Agroecologia; 4 – Educação do Campo e a Educação das Relações Etnicorraciais.



Ilustr N° 17 – Atividade de Formação continuada na EM Pastor Arsênio, escola do campo de Queimados (16/05/2018)

Ainda é importante dizer que essa formação tem uma incidência na sala de aula, pois o(a) professor(a) que passa pela formação ele(a) não é o(a) mesmo(a). Não porque a formação seja mágica e sim porque é o momento em que ele(a) se desarma e se coloca por inteiro, deixando fluir suas experiências que dialogam com as experiências dos(as) outros(as) ali presentes, sendo tais experiências munidas pelas práticas de sala de aula. Fazer isso traz uma energia que nos desbloqueia e o milagre acontece. Este milagre se revela na forma desse(a)

professor(a) se rever e assim poder redescobrir a novidade existente na escola que antes, com os olhos vendados, não conseguia enxergar. Esta reflexão me lembra uma fala de Leonardo Boff quando, em uma de suas palestras, ele traz uma informação de que a formação necessariamente tem que fazer a transição da razão para o coração.

Estes cursos de formação continuada para as escolas do campo têm sua base na metodologia da educação popular, pois parte do sujeito que vai se permeando pela realidade da localidade onde atua como educador(a). A construção é coletiva e os conteúdos conectados com as urgências que cada escola traz. No fundo, essa metodologia deixa claro que a formação não está pronta e sim em construção e que cada sujeito é imprescindível neste processo.

No projeto da formação continuada (2014), lemos a seguinte proposta de metodologia:

Partindo da perspectiva freiriana, o processo de formação será vivenciado através do diálogo entre educandos-educadores e educadores-educandos num círculo de cultura. O processo se inicia com o Estudo da Realidade pelos sujeitos; a problematização dessa realidade gera uma programação de atividades; por último, essas atividades são compartilhadas com a comunidade local.

É importante lembrar que a UFRRJ já a alguns anos realiza assessoria pedagógica às escolas do campo da rede municipal de Nova Iguaçu, oferecendo reiteradamente diversos cursos de formação continuada de professores. Além disso, a universidade contribuiu para a formação do Fórum Municipal do campo de Nova Iguaçu, único existente em nosso estado. Muitas dessas escolas do campo participaram do Programa 'Escola Ativa', sob coordenação do professor Ramofly Bicalho (UFRRJ). Com isso compreendemos que essas escolas do campo possuem um acúmulo de experiências e práticas pedagógicas acerca das suas próprias realidades ainda não registradas. Em 2011, a UFRRJ em parceria com os movimentos sociais e a SEMED de Nova Iguaçu realizou um ano de formação continuada de professores na EM Campo Alegre, resultando na construção de um livro didático sobre a realidade local. Em 2013, a UFRRJ tentou desdobrar suas ações de formação tendo como meta levar todas as escolas do campo de Nova Iguaçu a construir seus próprios materiais didáticos. Não sendo possível realizar este propósito no ano de 2013, esta é a nossa meta para 2014 com o presente projeto.

No caso de Nova Iguaçu, a elaboração coletiva dos livros didáticos não foi condição proposta para a realização do curso, porém eles foram sendo gestados no decorrer da formação, pois as(os) educadoras(es), ao fazer as visitas nas casas e exercer a pedagogia da escuta, foram sendo contagiadas por uma realidade até então desconhecida. O professor, em geral, fica trancado dentro da escola.

Depois do lançamento do Livro da Escola Municipalizada Campo Alegre houve um certo distanciamento, esfriamento neste processo e, aos poucos, foram sendo esquentados os tambores e retomando a formação com essas escolas. O município de Nova Iguaçu teve o privilégio de ser o primeiro a produzir o livro didático na escola Municipalizada Campo Alegre e, na sequência, as 11 escolas restantes conseguiram iniciar a produção coletiva dos livros.

O seminário de formação das escolas do campo ocorreu em dezembro de 2017, com a presença das educadoras das 12 escolas do campo do município de Nova Iguaçu, contando com a participação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de alguns dos assentamentos deste município e ainda com a presença da Secretaria de Agricultura de Nova Iguaçu, dentre outros.

Naquele seminário, cada escola apresentou o livro didático em construção. Isso foi muito importante: na medida em que elas apresentavam o processo, a metodologia e os conteúdos dos livros, ia se tecendo um fio condutor da história da luta pela terra na Baixada Fluminense e nela o rosto de um modelo de educação que já se encontrava nesses territórios antes mesmo da construção física das escolas.

No Município de Queimados existem três áreas de assentamento que compõem o conjunto das regionais do assentamento Campo Alegre e, dessas três áreas, em duas existem escolas que são reconhecidas pelo município como “escolas do campo”. São elas a escola Municipal Santo Expedito e a escola Municipal José Anastácio Rodrigues.

Em 2016, iniciou-se um processo de formação com os trabalhadores rurais da regional Chapadão. Essa regional se localiza atrás da Escola Municipal Santo Expedito, pois a geografia é assim: o bairro Santo Expedito fica próximo ao Parque Industrial. Na parte da frente da escola, existe toda uma parte do bairro identificada como “área urbana” e atrás da escola há a área identificada como “rural”. Nesta área, se encontra a Regional Chapadão.

A formação a que me refiro foi a partir de uma parceria entre: a comunidade rural, a EM Santo Expedito, a Comissão Pastoral da Terra, o Serviço Social UFRJ e a LEC UFRRJ (Prof Igor Simoni). O objetivo dessa formação era contribuir com o processo de rearticulação dos trabalhadores com foco na produção agroecológica.

Essa formação, para além de cumprir o papel articuladora da organização interna do assentamento, despertou na escola o interesse de falar sobre a importância que essa escola tem junto aos trabalhadores e às trabalhadoras. E aí se iniciou um diálogo com o diretor da escola na ocasião, professor Eduardo. Neste diálogo, ele foi informado das articulações existentes entre as escolas do campo de Nova Iguaçu e o quanto isso tinha contribuído para o crescimento dessas educadoras.

Em 2017 surgiu a oportunidade de ampliar esse diálogo com a Secretaria Municipal de Educação de Queimados - SEMED e, em 2018, aconteceu o primeiro seminário de formação continuada com os(as) Educadores(as) das escolas do campo daquele município, de forma semelhante às formações que já ocorriam há anos em Nova Iguaçu.

Queimados inicia projeto de Educação no Campo

Iniciativa vai contemplar cinco escolas rurais da cidade e entre as ações desenvolvidas estão o plantio e manejo de hortas. Profissionais já iniciaram formação

Leandro Machado

Alunos e profissionais de cinco escolas municipais de áreas rurais de Queimados receberão o projeto “Educação no Campo”, desenvolvido pela UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), em parceria com a Prefeitura de Queimados. O pontapé inicial foi dado na última quinta-feira (5), quando cerca de 120 profissionais da educação, entre professores, educadores pedagógicos e diretores das unidades se reuniram em um sítio para participar do primeiro encontro do Curso de Aperfeiçoamento de Práticas Pedagógicas em Educação do Campo.



As unidades que participam do projeto são: **José Anastácio Rodrigues (Fazendinha), Pastor Arsênio (Vila Cristina), Waldick Congundes (Santa Rosa), Luiz de Camões e Santo Expedito (bairros homônimo às escolas)**. Cerca de 900 alunos serão beneficiados com a iniciativa, que visa valorizar e fortalecer a relação das escolas com o campo e ampliar as ações de plantio e manejo de hortas, além de promover atividades com o intuito de registrar e preservar as memórias sociais das escolas e comunidades implantadas em áreas rurais.

O primeiro encontro teve como objetivo central apresentar o curso e sua proposta, além de conhecer as escolas e suas comunidades através da visão do professor. Com direito a almoço e café da manhã com ingredientes típicos da roça, a atividade destacou também os diversos temas a serem abordados no projeto. O evento contou com a presença do Secretário Municipal de Educação, Lenine Lemos, do vice-coordenador do projeto, Professor Jaime Rodrigo Miranda e da professora Marília Campos (UFRRJ), que ministrarão o curso.

Através de atividades lúdicas, o curso abordará temas como: legislação da educação no campo, sujeitos do campo e seus movimentos, agricultura familiar/camponesa, agroecologia e soberania alimentar, educações das relações étnico-raciais, culturas populares, entre outros. Outro objetivo é a confecção de materiais didáticos próprios, voltados para a realidade de cada escola do campo.

De acordo com o Secretário Municipal de Educação, professor Lenine Lemos, uma das metas do projeto é fortalecer a relação das escolas com os movimentos sociais do campo. “Queremos estimular os educadores destas escolas para uma construção curricular participativa com professores, alunos e comunidade, partindo sempre do estudo da realidade local. A missão é ir além das salas de aulas e conhecer, na prática, a real demanda desta relação sociedade-campo-escola”, destacou.

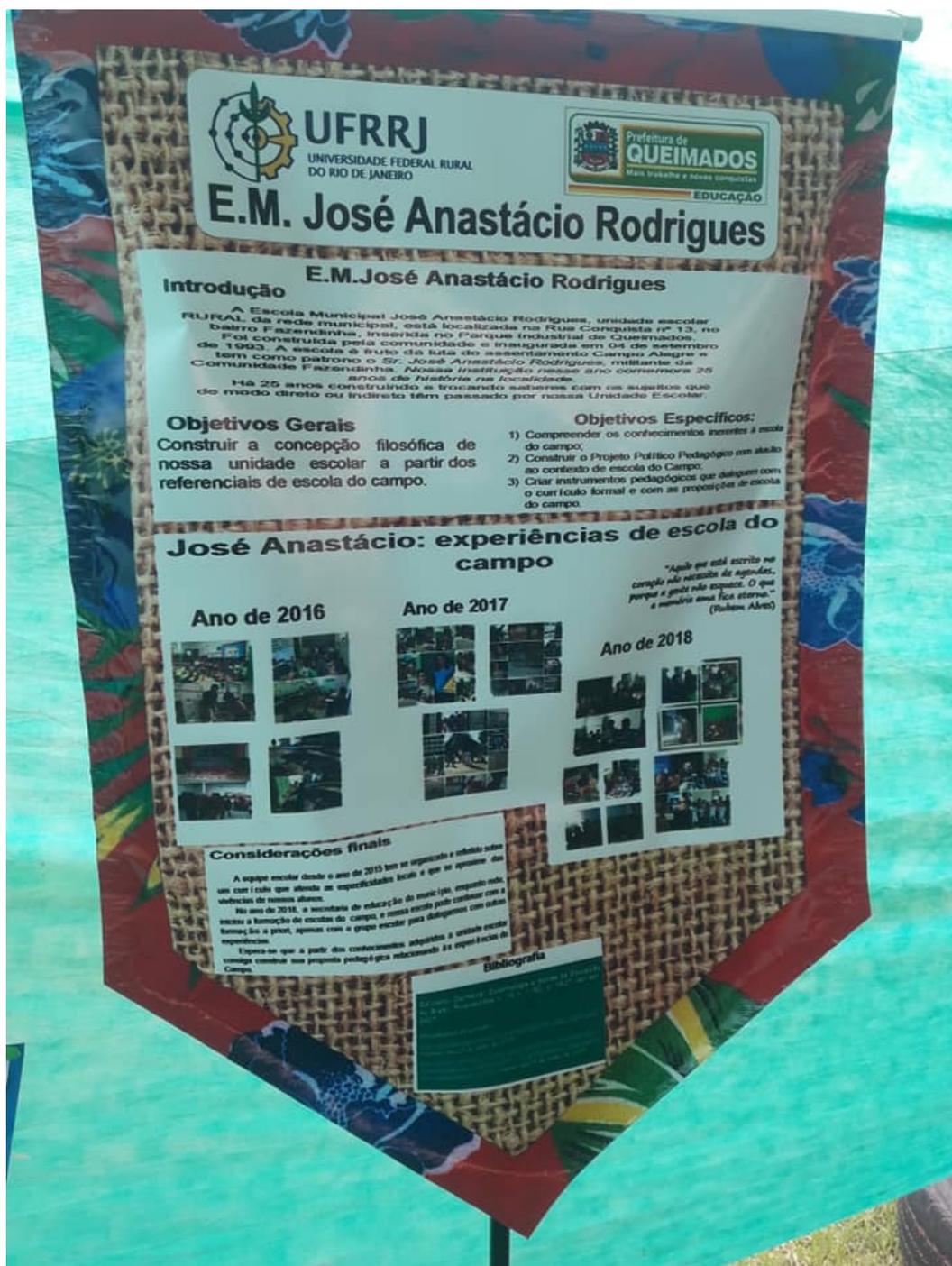
O gestor da Educação em Queimados ainda agradeceu a parceria com diversos órgãos para a realização da ação: “Este projeto só é possível por causa das parcerias de entidades sérias e preocupadas com a educação, até mesmo longe das grandes metrópoles. A UFRRJ, Comissão Pastoral da Terra, a Associação Rural de Agroecologia de Queimados, Rede Fitovida e a Secretaria de Agricultura de Queimados”, concluiu.¹¹

¹¹ Disponível em <<http://queimados-rj.blogspot.com/2018/04/queimados-inicia-projeto-de-educacao-no.html>>

Esta formação desencadeou uma releitura da realidade à luz desse processo formativo. A SEMED designou duas educadoras que estão sediadas na própria secretaria para serem a referência da educação continuada nas escolas do Campo. Hoje já é possível perceber algumas mudanças na prática pedagógica dessas escolas.

As experiências relatadas até agora formam o conjunto da formação e auto- formação dos atores envolvidos no processo. Neste sentido, passo a tecer um breve comentário sobre as mudanças que foram se dando ao longo desta formação (2018-2019).

Quando observamos, ao longo dos encontros realizados, as falas das(os) educadoras(es) dessas escolas que participaram do projeto de formação continuada, ficam nítidas algumas mudanças apresentadas no que tange a sua própria prática pedagógica na escola e com os educandos. Muitas dessas profissionais nos relataram como se encontraram, como passaram a compreender o sentido de estarem ali. É como se cada uma tivesse realizado um reencontro com o seu passado, com suas lembranças na roça. Passar a se ver professora “do campo” ganhou para elas um novo significado, valorizando tudo o que está no entorno da escola. No caso das duas escolas que estão permeadas pelo Assentamento, muitas histórias sobre o processo de ocupação foram descobertas, bem como o aprofundamento do contato com os agricultores. Nos encontros de formação, os agricultores também participavam levando seus produtos. Foram aprofundados os conhecimentos sobre os agrotóxicos, os “orgânicos”, compostagem e os fitoterápicos, com oficinas práticas, debates teóricos e visitas a sítios no entorno das escolas.



Ilustr N° 18 – Banner confeccionado pela EM José Anastácio para o Encontro das Formações realizado em 26/10/2018 na UFF-IEAR, Angra dos Reis.

Ainda no processo de formação, realizamos na escola de Campo Alegre uma aula pública que aconteceu no Cruzeiro, símbolo de resistência e luta para esta comunidade. Durante a minha exposição na aula, as crianças e algumas pessoas da comunidade assistiram sentados no chão da mesma forma como fazíamos no início da ocupação. Aquele momento foi marcado por debate e muitas perguntas por parte dos alunos que, até aquele momento, nunca tinham ouvido falar em aula pública e não conheciam a história da escola em que eles estudavam; muito menos tinham conhecimento do assassinato da liderança Limberg.

Não poderia deixar de trazer, ao final dessa reflexão, a contribuição do texto que traz o diálogo entre o agricultor mineiro Antônio Cícero e o antropólogo/educador popular Carlos

Rodrigues Brandão (1987) acerca da educação popular, pois este diálogo evidencia dois modelos de educação e também apresenta a questão que nos faz pensar sobre que tipo de educação essas escolas estão dando.

Agora, tem uma - essa é que se chama mesmo "educação"- que tem na escola. Essa que eu digo que é sua. É a educação que eu digo: "de estudo-, de escola; professora, professorinha, coisa e tal. Daqui, mas de lá. A gente manda os meninos pra escola. Quem é que não manda? Só mesmo um sujeito muito atrasado. Um que muda daqui pra lá a toda hora. Um outro que mora aí, pros fundos de um sertão, longe de tudo. A gente manda, todo mundo por aqui manda menino pro estudo. É longe, o senhor viu, mas manda. Podiam tá na roça com o pai, mas tão na escola. Mas quem é pobre e vive nessa descrença de trabalhar dum tanto, a gente crê e descrê. Menino desses pode crescer aí sem um estudozinho que seja, da escola? Não pode. Eu digo pro senhor, não pode. O meu saberzinho que já é muito pouco, veio de aprender com os antigos, mais que da escola; veio a poder de assunto, mais do que de estudo regular. Finado meu pai já dizia assim. Mas pra esses meninos, quem sabe o que espera? Vai ter vida na roça pra eles todo o tempo? Tá parecendo que não. E, me diga, quem é quem na cidade sem um saberzinho de estudo? Se bem que a gente fica pensando: "O que é que a escola ensina, meu Deus?". Sabe? Tem vez que eu penso que pros pobres a escola ensina o mundo como ele não é. (...)

A fala de Brandão sobre educação popular em diálogo com Ciço traz para este universo das escolas comunitárias e para a formação continuada uma reflexão sobre que tipo de educação está sendo colocado. Qual é o rosto dessa educação? De certa forma, ao se pensar a proposta de conteúdo para a formação continuada é considerada a realidade local, a conjuntura no âmbito municipal, estadual e federal, ou seja, é uma proposta articulada com o todo. Porém, isso chega a ser revisto quando se depara com as estruturas dos municípios que não oferecem suporte capaz de viabilizar tal projeto por muito tempo. Nesse caso, é importante criar um mecanismo de reavaliação desse projeto para este possa poder acontecer de maneira mais autônoma.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Este trabalho permitiu analisar o processo histórico da ocupação da Fazenda Campo Alegre, enquanto ferramenta importante na luta pela conquista e permanência na terra. Nesta luta, ficou evidenciada a educação popular que perpassa a educação do campo, através da experiência que foi sendo tecida pelas mãos desses sujeitos do campo, através da educação realizada na escola de cunho comunitário na Regional Matogrosso, sendo reconhecida coletivamente como Escola Comunitária Limberg e a Escola Comunitária José Anastácio Rodrigues, localizada na Regional Fazendinha, ambas integradas ao assentamento Campo Alegre

Este trabalho nasceu a partir da preocupação em evidenciar o processo de ocupação da Fazenda Campo Alegre e a implicação da educação neste processo. Dessa forma, o desenvolvimento do tema :**“A Educação do Campo como ferramenta de luta pela permanência na terra no assentamento de Campo Alegre na Baixada Fluminense - Rio de Janeiro”**, possibilitou dialogar com o processo de articulação e elaboração de um projeto político-pedagógico gestado no ventre das organizações sociais juntamente com os protagonistas da luta pelo direito à terra.

Neste contexto, o processo de investigação foi permeado pelo seguinte objetivo geral: **Analisar o processo de institucionalização das duas escolas do campo do Assentamento de Campo Alegre, sendo elas: Escola Municipalizada Campo Alegre e a Escola Municipal Jose Anastácio, ambas situadas em área de Reforma Agrária nos municípios de Queimados e Nova Iguaçu.** Esta análise se deu a partir dos elementos oferecidos pela própria escola e pela comunidade, através de suas narrativas e dos documentos oficiais que marcam a centralidade da institucionalização. Assim foi verificado que, entre o tempo em que se encerra o ciclo da escola comunitária e a sua institucionalização, ficou um vazio em que não há registros que informem o que de fato ocorreu. Esse objetivo se desdobrou em outros objetivos denominados de específicos, sendo eles:

- Identificar o perfil da luta pela terra na Baixada Fluminense, a partir dos anos de 1980, e os atores envolvidos nesse processo.
- Levantar o histórico da implantação da escola Municipalizada Campo Alegre e da Escola Municipal José Anastácio Rodrigues.
- Fazer revisão bibliográfica referente à temática de estudo proposta no presente projeto de pesquisa, com ênfase nas referências da Educação Popular.
- Realizar processo de pesquisa-ação nas duas escolas trabalhando com as memórias das experiências em Educação Popular realizada naquelas localidades em décadas anteriores (período da ocupação)
- Refletir sobre as experiências passadas como práticas de Educação Popular e seu possível diálogo com as escolas do campo como escolas públicas atualmente.

Ao revisitar a história da luta pela conquista da terra, foi possível identificar que o processo ocorrido na década de 1980 trouxe para a centralidade uma sinalização de que o perfil da luta se mantém na vertente do enfrentamento. Porém, pelo que foi possível observar, a forma como a luta se dava, as estratégias se davam de forma diferente do que ocorreu nas ocupações das décadas anteriores. Os atores sociais envolvidos se reafirmam através de um tripé que, já em décadas passadas, haviam se colocado em linha de frente, sendo eles: Igreja, Partido e Sindicato.

No que tange às escolas irmãs, através de uma busca sobre seu processo de institucionalização, foi verificado que ambas escolas tiveram seus processos legais no início da década de 1990, deixando um vácuo no período que vai de 1987 a 1990. Ficou sem

resposta o que de fato foi feito nessas escolas neste tempo que antecedeu às suas oficializações.

Através da revisão bibliográfica sobre Educação Popular, foi possível ampliar a lente de leitura sobre essas experiências e identificar que o Arquivo da Diocese de Nova Iguaçu oferece um acervo acerca desse processo muito precioso para a Baixada Fluminense. Também foi importante descobrir que muitos outros autores se debruçaram sobre esta temática e, assim, ao estabelecer um diálogo com as produções que me antecederam, deu para verificar que a minha escrita tem muito da minha memória em função da minha participação ativa no processo (narrativa de auto-formação, JOSSO). Os outros partem de um plano teórico que também é interessante e mais uma vez o saber popular e o saber científico se encontram.

Neste revisitar o passado dialogando com o presente, foi possível compreender que as escolas Irmãs, eixo central da pesquisa, são na realidade um outro modelo de educação que se encontra em construção. É um modelo que se gesta no ventre das experiências históricas do passado e que se reatualizam hoje através das educadoras, dos educandos, das merendeiras, faxineiras e outros que tem se colocado como parceiros dessa construção.

Esta avaliação só foi possível através do processo investigativo que perpassou o retorno às escolas através da pedagogia da escuta, do acompanhamento da prática das professoras, da participação nos espaços da formação continuada, do processo de elaboração coletiva dos livros didáticos das 12 escolas do campo de Nova Iguaçu, do encontro com a professora Edinete Mendonça (EM José Anastácio) e com Marly ex-merendeira (EM Campo Alegre) e outros sujeitos do entorno das escolas.

Em linhas gerais, este trabalho contribuiu para identificar a importância de trazer para a centralidade o protagonismo de homens e mulheres que, em toda a sua vida, ficaram invisibilizados. Assim, suas narrativas não eram reconhecidas e legitimadas por eles e sim por aqueles que detinham o poder da fala e da escrita.

A formação continuada entra nesse cenário como fruto das questões levantadas pelas educadoras e comunidades, frente às dificuldades de lidar com a diversidade apresentada nessas escolas conhecidas e reconhecidas atualmente como “escolas do campo”. Dessa maneira, a formação continuada tornou-se uma importante ferramenta na prática dos educadores e das educadoras dessas escolas do campo de Queimados e de Nova Iguaçu na Baixada Fluminense.

Um dos resultados dessa formação se deu na medida em que foi possível perceber o quanto essas educadoras e educadores passaram a se reconhecer enquanto sujeitos que detêm nas suas mãos os instrumentos que podem fazer a diferença na vida das crianças. Até porque esses sujeitos que já chegam na sala de aula com uma bagagem rica de experiências permeadas pelo cotidiano da vida no campo exigem do educador uma outra pedagogia e, para isso, a formação continuada tem se colocado como parceira nesta construção.

O processo da realização desta pesquisa foi feito através de documentos oficiais fornecidos pelas escolas, por um estudo das escolas do campo (Escola Municipalizada Campo Alegre e Escola Municipal José Anastácio Rodrigues), em que foi identificado quando as escolas foram oficialmente reconhecidas pelos seus respectivos municípios. Assim, as datas apresentadas deixam uma distância de pelo menos três anos entre o tempo em que se encerrou o ciclo da escola comunitária e o tempo da dita oficialização.

Chamou a atenção o fato de que primeiro não se encontrou nada que pudesse dizer o que ocorreu neste tempo de vacância e também o silenciamento da experiência anterior - do tempo em que elas funcionaram como escolas comunitárias. Nesse processo de institucionalização, a Escola Comunitária Limberg foi verticalmente mudada para Escola Municipalizada Campo Alegre.

As medidas ditas legais do processo de institucionalização cumpriu o papel de apagamento de memória.

O fato de ter realizado na escola (EM Campo Alegre) rodas de conversa sobre a história do assentamento, criação da escola, produção do livro didático resultou em uma pesquisa feita pelos alunos assessorados pela educadora Vanessa, sobre a memória desse assentamento. Isso foi feito através do arquivo de fotografias antigas e as crianças iam às casas dos mais velhos que iam dizendo quem estava na foto, o nome e que lugar ele ocupou no processo da ocupação.

Com isso, realizou-se uma aula pública com as crianças e elas apresentaram nesta aula um Portfólio que trazia uma síntese da pesquisa que eles fizeram no território. Esses mesmos materiais foram colocados em exposição na Feira pedagógica da escola.

Esta pesquisa também cumpriu o papel de mediar a aproximação da escola com a comunidade, algo que naquele momento se encontrava um pouco distante.

Fazer este trabalho não foi nada fácil, pois a escrita é para mim um grande sacrifício: sou filha da oralidade e essa minha limitação incidiu no desenvolvimento da pesquisa. O tempo outro limitador que contribuiu para inviabilizaram uma maior busca na Escola Municipal José Anastácio Rodrigues, empobrecendo de certa forma os resultados. A relação entre trabalhar e pesquisar é possível fazer e dá conta; porém, fica mais complicado se por acaso houvesse a possibilidade de se dedicar no tempo da pesquisa, só à pesquisa.

Quando no início foi dito sobre a importância de nós mesmos sermos protagonistas da nossa própria experiência, sinto neste momento de encerramento da pesquisa que não é nada fácil. Escrever é muito pesado, produzir conhecimento faz com que sintamos um peso no corpo que pode ser comparado com um dia de faxina.

Arrisco a dizer que tratar dessa temática foi como se desvendasse o véu do tempo e abrisse os olhos para um (re)olhar a realidade e poder fazer uma auto avaliação da minha prática junto ao assentamento Campo Alegre e no acompanhamento às escolas.

Poder revisitar o passado nos torna mais amadurecidos e fortalecidos para enfrentar o cotidiano das lutas; digo que não foi fácil fazer isso, é profundamente doloroso. Ao final, fica uma sensação de tristeza por perceber quantos de nós ficaram pelo meio do caminho, ao mesmo tempo em que também percebo que nas mais simples experiências de solidariedade entre os pobres vai se criando uma fortaleza que não se derruba com facilidade e dizer que o pouco que se tem de conquista é obra e graça da solidariedade humana.

Ficam aqui alguns desafios que, neste processo de realização desse trabalho, fui percebendo.

- Precisa ser repensada a relação entre Estado e formação continuada.
- Atentar para a nova realidade conjuntural dos conflitos agrários em que a milícia e o tráfico se estabelecem como se fosse o próprio Estado. Dessa forma, o enfrentamento não se dá com os grileiros e sim com os grandes empresários e os grupos de extermínio que se encontram dentro do Estado.
- Atentar para a importância de ter clareza com quem de fato podemos contar; isso se deve ao fato para a grande questão do cuidado.

Enfim, este trabalho me leva a encerrar mais um ciclo da minha trajetória de vida e, com ele, poder reafirmar que, apesar das inúmeras limitações, somos sim capazes de sermos protagonistas das nossas próprias experiências.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENTEJANO, Paulo R. R. *A evolução do Espaço Agrário Fluminense*. GEOgraphia, Ano 7 – No. 13, 2005, p. 49-70.
- ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Aracy Alves (orgs). **Educação do Campo: desafios para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- ARROYO, M. G [et. al]. **A educação básica e o movimento social do campo: Por uma educação básica do campo**. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 1999.
- _____. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 2ª ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli Salete e MOLINA, Mônica Castagna. (org.) **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BENJAMIN, Cesar e CALDART, Roseli Salete. **Projeto Popular e Escolas do Campo**. Brasília: Coleção por uma Educação do Campo, nº 3. 2000.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRANDÃO, Carlos R. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. (org). **A questão política da Educação Popular**. 7ª ed, São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Dicionário da Educação do Campo**. 3 ed, Rio de Janeiro, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013.
- CAMPOS, Marília (org). **Percursos Formativos dos educandos da Licenciatura em Educação do Campo – Turma Oseias de Carvalho UFRRJ (2010-2013)**. Brasília: F & F, 2014.
- CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto (org). **Conflitos no Campo – Brasil 2016**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2016.
- FÁVERO, Osmar (org). **Cultura Popular, Educação Popular – memória dos anos 60**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 4ª ed, São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- _____. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GRACINDO, Regina Vinhaes... [et. al.]. **Conselho Escolar e a educação do campo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.
- JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

MARTINS, Joel. **A Pesquisa Qualitativa in: Metodologia da Pesquisa Educacional**, 6ª Ed., São Paulo, Cortez, 2000.

MARTINS, Sonia Ferreira. **A educação na Escola Comunitária Linberg na retomada da luta pela conquista da terra em Campo Alegre - Baixada Fluminense/ RJ**. Licenciatura em educação do Campo. UFRRJ, Seropédica-RJ. Agosto de 2013.

MAZZOTTI, Alda Judith e GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 2ª Ed, 1998.

MOVIMENTO FÉ & POLÍTICA. **Cadernos Fé & Política N°12**. Petrópolis: CDDH, 1994.

MUNARIN, Antônio. **Elementos para uma política pública de Educação do Campo**. In: MOLINA, Mônica (org). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília, MDA, 2006.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SADER, Eder. **Quando os novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. 4ª ed, RJ: Paz e Terra, 2001.

SIMÕES, Manoel R. **A Cidade Estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense**. Mesquita, Editora Entorno, 2007.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado - História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.41.

TORRES, Gênesis. **Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política**. São João de Meriti. IPAHB Editora, 2004.